

CENTRO de PORTUGAL

Boletim trimestral
Informação reportada ao
primeiro trimestre de 2019

42





42

Boletim trimestral

Informação reportada ao primeiro trimestre de 2019

Editor

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

Responsável Técnico

Direção de Serviços de Desenvolvimento Regional

Data de Edição

Junho de 2019

ISSN

2182-6579

boletimtrimestral@ccdr.pt

www.ccdr.pt

Alguma da informação conjuntural encontra-se também em <http://datacentro.ccdr.pt>

DATACENTRO
INFORMAÇÃO PARA A REGIÃO

CENTRO de PORTUGAL

ÍNDICE

- 4 Enquadramento Nacional
- 6 Mercado de Trabalho
- 10 Desemprego Registado
- 12 Empresas
- 13 Comércio Internacional de Bens
- 16 Turismo
- 17 Construção e Habitação
- 20 Preços e Consumo Privado
- 22 Políticas Públicas no Centro

Nota: A configuração territorial da Região Centro é a definida na lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e no regulamento (UE) n.º 868/2014 da Comissão, de 8 de agosto de 2014.

No primeiro trimestre de 2019, o Produto Interno Bruto registou um aumento homólogo real de 1,8%, reflexo do contributo positivo da procura interna e negativo da procura externa líquida. A taxa de desemprego nacional subiu ligeiramente para os 6,8%. O nível de preços aumentou 0,8% face ao trimestre homólogo. A confiança dos consumidores continuou a diminuir, enquanto o indicador de clima económico voltou a aumentar.

Relativamente ao mercado de trabalho regional, neste trimestre, continuou a assistir-se a uma redução do desemprego e a um aumento do emprego. Também a taxa de atividade cresceu ligeiramente, em termos homólogos. Já o salário médio líquido mensal dos trabalhadores por conta de outrem superou o registado no trimestre homólogo.

No setor empresarial da Região Centro, face ao período homólogo, assistiu-se a um aumento significativo das empresas constituídas e a uma redução das ações de insolvência. O peso do crédito vencido no total do crédito concedido continuou a diminuir, registando o valor mais baixo dos últimos sete anos. O setor da construção apresentou uma evolução positiva, evidenciada pelos crescimentos homólogos em todos os indicadores regionais do licenciamento. Os edifícios concluídos na região também aumentaram, apesar do contributo negativo dos novos fogos para habitação familiar.

A atividade turística regional mostrou alguns sinais de melhoria, evidenciada pelos crescimentos homólogos nos hóspedes e nos proveitos dos estabelecimentos de alojamento turístico. Nas relações comerciais da região com o mercado externo assistiu-se a um crescimento das saídas e das entradas de bens em termos homólogos reais. Relativamente ao consumo privado regional, quase todos os indicadores apresentaram, neste trimestre, evoluções positivas. Já a taxa de inflação regional aumentou 0,9% face a igual período do ano anterior.

No PORTUGAL 2020, até 31 de março de 2019, estavam aprovados 5,2 mil milhões de euros de fundos europeus para apoiar 7,8 mil milhões de euros de investimentos na Região Centro. O COMPETE 2020 mantinha-se como o programa operacional com mais relevância na região e o FEDER o fundo que cofinanciou a maioria dos apoios aprovados.

ENQUADRAMENTO NACIONAL

1,8%

foi o crescimento
homólogo real do
PIB e

6,8%

a taxa de
desemprego nacional

No primeiro trimestre de 2019, o Produto Interno Bruto registou um aumento homólogo real de 1,8%, reflexo do contributo positivo da procura interna e negativo da procura externa líquida. A taxa de desemprego nacional subiu ligeiramente para os 6,8%. O nível de preços aumentou 0,8% face ao trimestre homólogo. A confiança dos consumidores continuou a diminuir, enquanto o indicador de clima económico voltou a aumentar.

No primeiro trimestre de 2019, segundo os dados do Instituto Nacional de Estatística (INE), o Produto Interno Bruto (PIB) nacional em volume cresceu 1,8% face ao trimestre homólogo¹, taxa superior em 0,1 pontos percentuais à do trimestre anterior.

A procura interna contribuiu positivamente para este crescimento, com um aumento de 4,7% na comparação homóloga, resultado da aceleração muito significativa do investimento (que registou uma taxa de variação homóloga de 17,8%) e do aumento mais ligeiro do consumo das famílias.

Quadro 1 – Enquadramento Nacional		1T19	4T18	3T18	2T18	1T18	2018	2017
PIB*	v. h. (%)	1,8	1,7	2,1	2,5	2,3	2,1	2,8
Procura interna	v. h. (%)	4,7	3,3	2,5	2,8	2,5	2,8	3,0
Consumo das famílias	v. h. (%)	2,5	2,9	2,4	2,9	2,3	2,6	2,4
Formação bruta de capital	v. h. (%)	17,8	7,4	4,5	4,6	5,4	5,5	9,2
Taxa de investimento	%	20,3	18,5	18,6	18,0	17,5	18,2	17,6
Exportações	v. h. (%)	3,4	0,6	2,9	6,8	4,5	3,7	7,8
Importações	v. h. (%)	9,4	3,8	3,5	7,3	5,0	4,9	8,1
VAB	v. h. (%)	1,6	1,3	1,6	2,1	1,7	1,7	2,4
Taxa de desemprego	%	6,8	6,7	6,7	6,7	7,9	7,0	8,9
IPC – Índice de Preços no Consumidor	v. h. (%)	0,8	0,8	1,4	1,0	0,8	1,0	1,4
Indicador de confiança dos consumidores	%	-9,5	-6,2	-5,0	-4,0	-3,9	-4,8	-5,0
Indicador de clima económico	%	2,5	2,6	2,6	2,4	2,5	2,5	2,3
Taxa de câmbio USD/EUR	USD	1,136	1,141	1,163	1,192	1,229	1,181	1,129
	v. h. (%)	-7,6	-3,1	-1,0	8,3	15,5	4,6	2,0

* Dados adaptados, em cada boletim, à série de novos valores divulgados trimestralmente pelo INE, Contas Nacionais. Dados em volume. USD - Dólar dos Estados Unidos EUR - Euro

A procura externa líquida voltou a registar um contributo negativo para a variação homóloga real do PIB, mas ainda mais intenso do que nos trimestres anteriores, refletindo a expressiva aceleração das importações em volume, bastante superior à das exportações. De facto, as importações aumentaram 9,4% em termos homólogos reais (contra 3,8% no trimestre precedente), resultado da aceleração das importações tanto de bens, como de serviços. As exportações de bens e serviços registaram uma variação homóloga real de 3,4% neste trimestre (após um crescimento homólogo de 0,6% no trimestre anterior), refletindo o acréscimo de ambas as componentes de bens e de serviços.

O Valor Acrescentado Bruto (VAB) a preços base aumentou 1,6% em termos homólogos reais, o que representa uma variação de 0,3 pontos percentuais face ao trimestre anterior. Neste período, apenas os ramos da “agricultura, silvicultura e pesca” e da “indústria” registaram variações homólogas reais negativas (-1,9% e -1,1%, respetivamente), destacando-se o aumento homólogo real de 7,6% na “construção”.

¹ Variação homóloga percentual – v.h. (%): trata-se da variação em relação ao mesmo período do ano anterior, em percentagem do valor deste. Variação homóloga percentual real – v.h.real (%): variação homóloga em volume, sendo retirada a variação dos preços, dados pelo Índice de Preços no Consumidor nacional (base 2012) ou por outro indicador mais apropriado.

No que respeita ao mercado de trabalho, neste trimestre, a taxa de desemprego nacional aumentou para os 6,8% (valor superior em 0,1 pontos percentuais ao dos três trimestres anteriores e inferior em 1,1 pontos percentuais ao do trimestre homólogo). Estimavam-se 353,6 mil indivíduos desempregados no país, traduzindo um aumento trimestral do desemprego de 4,5 mil pessoas e uma diminuição homóloga de 56,5 mil indivíduos.

O nível geral dos preços, avaliado pela taxa de variação do Índice de Preços no Consumidor, aumentou 0,8% na comparação homóloga (a mesma variação do trimestre anterior). Das 12 classes de consumo, apenas três registaram uma diminuição dos preços a nível nacional, mais concretamente, “vestuário e calçado” (-3,0%), “acessórios para o lar, equipamento doméstico e manutenção corrente da habitação” (-0,5%) e “lazer, recreação e cultura” (-0,3%). Nas restantes classes ocorreram aumentos homólogos, destacando-se, com os maiores crescimentos, as classes das “bebidas alcoólicas e tabaco” (2,7%), dos “transportes” (1,8%) e dos “restaurantes e hotéis” (1,7%).

A avaliar pelo indicador de confiança dos consumidores² do INE, as expectativas dos consumidores, neste trimestre, continuaram negativas e em queda. O facto deste indicador assumir valores negativos significa que existem mais respostas pessimistas do que otimistas às questões sobre a perspetiva das famílias quanto à evolução da situação financeira do agregado familiar, da realização de compras importantes e da situação económica do país. Já a confiança dos empresários, segundo o indicador de clima económico³ do INE, aumentou marginalmente face ao trimestre homólogo, tendo, no entanto, abrandado face aos dois trimestres anteriores.

Por último, a taxa de câmbio⁴ do euro face ao dólar (USD/Euro) diminuiu 7,6% face ao trimestre homólogo, acentuando a tendência de queda iniciada no terceiro trimestre de 2018. Esta desvalorização do euro traduz-se num preço inferior para igual quantidade de bens exportados e num preço superior para igual quantidade de bens importados.

² O indicador de confiança dos consumidores é um meio de medição das expectativas dos consumidores, baseado em respostas de opinião sobre a evolução da situação financeira do agregado familiar (nos últimos 12 meses e nos próximos 12 meses), da situação económica do país e sobre as perspetivas de realização de compras importantes.

³ O indicador de clima económico é um instrumento semelhante ao indicador de confiança dos consumidores mas que retrata as expectativas dos empresários.

⁴ A taxa de câmbio corresponde ao preço de uma unidade monetária de uma moeda em unidades monetárias de outra e pode ser cotada ao certo ou cotada ao incerto. A taxa de câmbio está cotada ao certo quando exprime o preço de uma unidade de moeda nacional em unidades de moeda estrangeira e está cotada ao incerto quando exprime o preço de uma unidade de moeda estrangeira em unidades de moeda nacional.

Neste Boletim, a taxa de câmbio está cotada ao certo para o euro, pelo que um aumento do seu valor corresponde a uma apreciação ou valorização da moeda nacional (euro) e uma diminuição corresponde a uma depreciação ou desvalorização da moeda nacional (euro).

MERCADO DE TRABALHO

4,9%

foi a taxa de
desemprego regional
do trimestre e

-47,8%

foi a diminuição
homóloga dos
desempregados há
12 ou mais meses

No primeiro trimestre de 2019, continuou-se a assistir a uma redução do desemprego e a um aumento do emprego na Região Centro. Também a taxa de atividade cresceu ligeiramente, em termos homólogos. Já o salário médio líquido mensal dos trabalhadores por conta de outrem superou o registado no trimestre homólogo.

Segundo os dados do inquérito ao emprego⁵ do Instituto Nacional de Estatística, no primeiro trimestre de 2019, a taxa de atividade da população em idade ativa⁶ na Região Centro foi de 59,0%, tendo aumentado 0,1 p.p. face ao período homólogo. Esta taxa regional ficou ligeiramente abaixo da média nacional, que foi de 59,1% e, como habitual, a dos homens foi bastante superior à das mulheres (64,9% contra 53,8%).

Neste trimestre, a população ativa⁷ da Região Centro ascendia a 1.145,5 mil indivíduos, registando uma variação homóloga negativa de 0,3%, que infletiu a evolução positiva iniciada no primeiro trimestre de 2017 e apenas interrompida no terceiro trimestre de 2018. Já os inativos⁸ totalizavam 1.066,2 mil indivíduos, menos 1,0% do que no trimestre homólogo. Esta evolução deveu-se essencialmente ao decréscimo dos domésticos (-5,4%) e dos estudantes com 15 e mais anos (-2,9%), sendo contrariada, pela variação positiva dos reformados (1,2%).

⁵ No primeiro trimestre de 2011, o INE iniciou a divulgação de uma nova série de dados do Inquérito ao Emprego, obtida através de uma nova metodologia. Deste modo, os resultados divulgados a partir do primeiro trimestre de 2011 (série 2011), não permitem uma comparação direta com os dados anteriores (série 1998), configurando uma quebra de série. No primeiro trimestre de 2014, o INE disponibilizou valores revistos para estas duas séries, já que estes foram calibrados tendo por referência as estimativas da população residente calculadas a partir dos resultados definitivos dos Censos 2011.

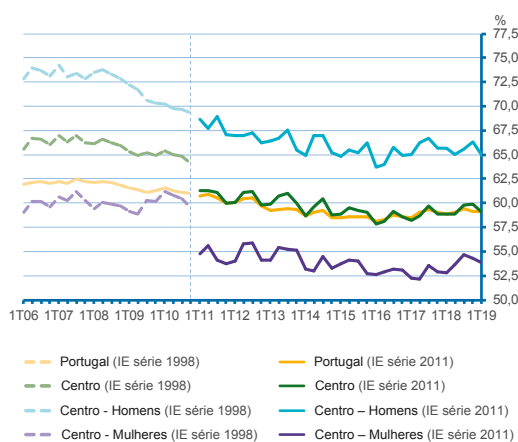
⁶ A taxa de atividade da população em idade ativa, de acordo com o INE, "permite definir a relação entre a população ativa e a população em idade ativa (com 15 e mais anos de idade)".

⁷ Segundo o INE, toma-se como população ativa "o conjunto de indivíduos com idade mínima de 15 anos que, no período de referência, constituíam a mão-de-obra disponível para a produção de bens e serviços que entram no circuito económico (empregados e desempregados)".

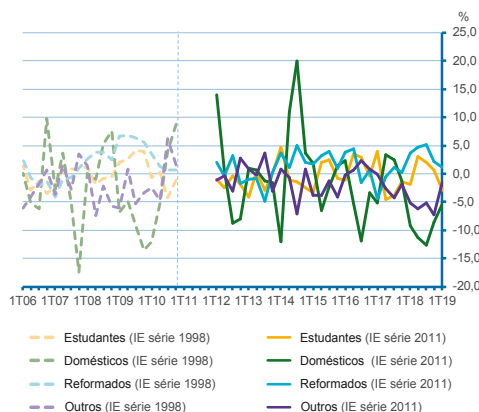
⁸ A população inativa é "o conjunto de indivíduos qualquer que seja a sua idade que, no período de referência, não podem ser considerados economicamente ativos, isto é, não estavam empregados, nem desempregados, nem a cumprir o Serviço Militar Obrigatório".

⁹ A partir do primeiro trimestre de 2011, a rubrica "Estudantes" passou a integrar apenas os estudantes com 15 e mais anos, estando os alunos entre os 5 e os 14 anos de idade na rubrica "Outros". A rubrica "Reformados" compreendia, até ao primeiro trimestre de 2011, pensionistas e reformados. A partir de então apenas se enquadram nessa rubrica os reformados do trabalho, estando os pensionistas distribuídos pelas restantes classes de inatividade e, caso não se incluam em nenhuma delas são classificados em "Outros".

Taxa de atividade (15 e mais anos) em Portugal e no Centro



População inativa no Centro por condição perante o trabalho⁹ (variação homóloga)



Quadro 2 – Atividade e Inatividade		1T19	4T18	3T18	2T18	1T18	2018	2017	
								média trimestral	
Taxa de atividade (15 e mais anos)									
Portugal	%	59,1	59,1	59,4	59,0	58,9	59,1	59,0	
Centro	%	59,0	59,9	59,8	58,9	58,9	59,4	58,9	
	v. h. (p.p.)	0,1	1,0	0,1	0,2	0,7	0,5	0,5	
População ativa – Centro	milhares	1.145,5	1.167,0	1.165,3	1.149,2	1.149,0	1.157,6	1.152,7	
	v. h. (%)	-0,3	1,3	-0,3	0,0	0,7	0,4	0,5	
População inativa – Centro	milhares	1.066,2	1.051,4	1.055,4	1.073,9	1.077,4	1.064,5	1.084,0	
	v. h. (%)	-1,0	-2,8	-1,1	-1,3	-2,0	-1,8	-1,5	
Estudantes (15 e mais anos)	milhares	176,1	169,9	165,9	187,2	181,3	176,1	174,5	
	v. h. (%)	-2,9	0,7	2,0	3,1	-1,8	0,9	-1,5	
Domésticos	milhares	84,5	90,8	84,6	87,5	89,3	88,1	98,2	
	v. h. (%)	-5,4	-8,6	-12,6	-11,3	-9,2	-10,3	-0,3	
Reformados	milhares	388,7	384,8	398,2	393,4	384,1	390,1	375,4	
	v. h. (%)	1,2	2,2	5,1	4,7	3,6	3,9	-0,9	
Outros	milhares	416,9	405,9	406,7	405,9	422,6	410,3	436	
	v. h. (%)	-1,3	-7,2	-5,1	-6,1	-5,2	-5,9	-2,2	

A taxa de emprego¹⁰ da Região Centro, no primeiro trimestre de 2019, foi de 56,1%, traduzindo um crescimento de 0,9 p.p. face a igual período do ano anterior. Esta taxa regional manteve-se superior à média nacional, que foi novamente de 55,1%.

Neste trimestre, na região, estavam empregados 1.089,7 mil indivíduos, o que representou um aumento de 1,2% face ao mesmo período do ano anterior. Destacam-se, pelo seu contributo positivo mais significativo para a variação da população empregada, o aumento dos empregados dos 15 aos 24 anos (10,3%), do emprego no setor terciário, que registou novamente um acréscimo de 4,0% e do emprego feminino que cresceu 2,4%. Em sentido contrário, as duas contrações homólogas registaram-se no emprego do setor secundário (-4,9%) e nos empregados dos 25 aos 44 anos (-0,3%).

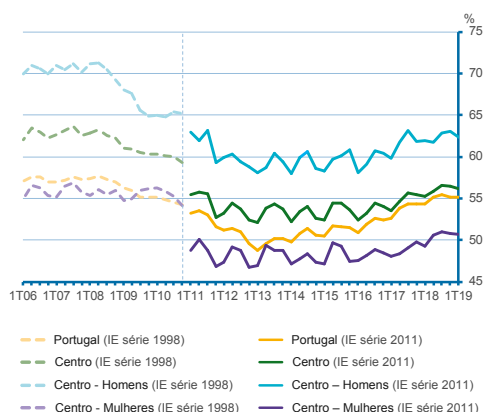
O aumento do emprego ficou ainda a dever-se aos trabalhadores por conta de outrem, que cresceram 0,4% em termos homólogos. Este crescimento foi mais expressivo nos trabalhadores que possuem o ensino secundário ou pós-secundário como habilitação, nos que desempenham as suas funções a tempo completo e nos contratados sem termo.

¹⁰ A taxa de emprego (15 e mais anos) é dada pelo quociente entre a população empregada e a população com 15 e mais anos de idade (população em idade ativa).

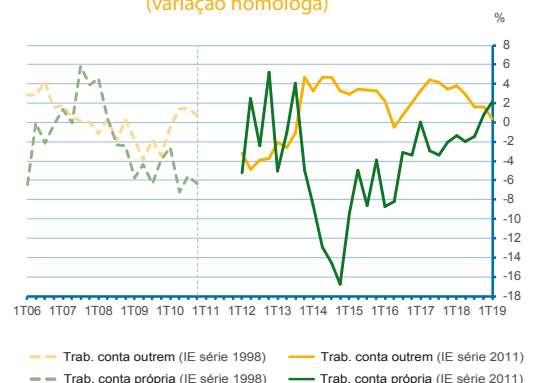
¹¹ Segundo o INE, a população empregada por situação na profissão principal decompõe-se em "Trabalhadores por conta de outrem", "Trabalhadores por conta própria", "Trabalhadores familiares não remunerados" e "Outra situação".

Também os trabalhadores por conta própria aumentaram face ao período homólogo, registando, neste trimestre, um crescimento de 2,1%, dando continuidade ao comportamento observado no trimestre anterior, que interrompeu seis trimestres de quebras sucessivas. Esta evolução homóloga resultou da variação positiva ocorrida nos trabalhadores isolados (3,2%), sendo contrariada pela variação negativa nos empregadores (-0,9%).

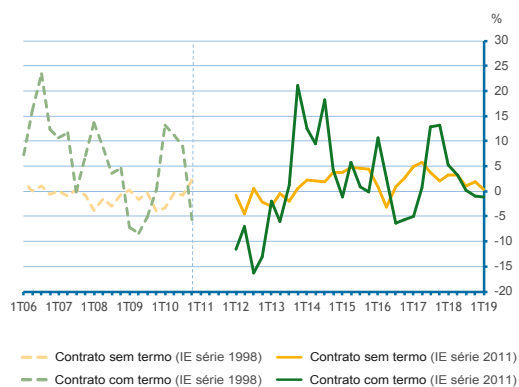
Taxa de emprego (15 e mais anos) em Portugal e no Centro



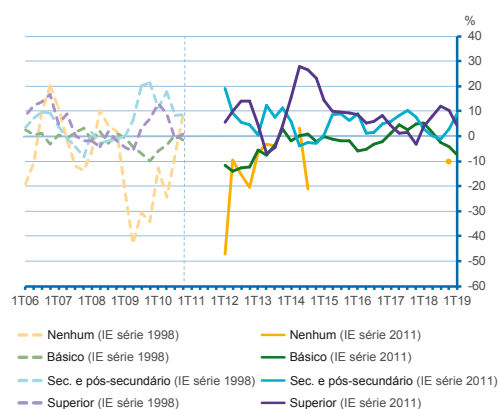
População empregada no Centro por situação na profissão¹¹ (variação homóloga)



População empregada por conta de outrem no Centro por contrato de trabalho (variação homóloga)



População empregada por conta de outrem no Centro por nível de escolaridade mais elevado completo (variação homóloga)¹²



Quadro 3 – Emprego		1T19	4T18	3T18	2T18	1T18	2018	2017	
		média trimestral							
Taxa de emprego (15 e mais anos)									
Portugal	%	55,1	55,1	55,4	55,1	54,3	55,0	53,7	
Centro	%	56,1	56,5	56,6	55,8	55,2	56,0	54,8	
	v. h. (p.p.)	0,9	1,1	1,0	1,2	1,7	1,2	1,3	
População empregada – Centro		milhares	1.089,7	1.101,0	1.102,4	1.088,7	1.077,1	1.092,3	1.073,0
	v. h. (%)	1,2	1,6	1,2	1,8	2,7	1,8	2,1	
Homens	v. h. (%)	0,0	1,4	-1,0	-0,5	3,0	0,7	3,3	
Mulheres	v. h. (%)	2,4	1,8	3,7	4,4	2,3	3,0	0,7	
15 - 24 anos	v. h. (%)	10,3	-7,4	6,6	-5,0	7,9	0,3	9,5	
25 - 44 anos	v. h. (%)	-0,3	-0,5	-1,7	-0,8	-0,3	-0,8	-1,0	
45 anos ou mais	v. h. (%)	1,5	4,4	3,0	4,8	4,8	4,3	4,2	
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	v. h. (%)	1,2	2,8	2,8	-3,1	-12,4	-2,7	-4,2	
Indústria, construção, energia e água	v. h. (%)	-4,9	-3,9	-5,8	-1,8	5,6	-1,6	4,8	
Serviços	v. h. (%)	4,0	4,0	4,4	4,6	4,1	4,3	2,1	
Trabalhadores por conta de outrem – Centro		milhares	857,3	871,8	868,6	858,7	853,9	863,3	842,4
	v. h. (%)	0,4	1,6	1,7	2,9	3,8	2,5	3,8	
Contratos sem termo	v. h. (%)	0,3	1,9	1,1	3,3	3,2	2,4	4,1	
Contratos com termo	v. h. (%)	-1,2	-1,0	0,2	3,2	5,3	1,8	5,2	
Tempo completo	v. h. (%)	1,0	2,3	1,6	3,6	4,0	2,9	4,2	
Tempo parcial	v. h. (%)	-6,8	-7,0	2,4	-5,9	0,3	-2,9	-0,5	
Nenhum grau de escolaridade	v. h. (%)	§	-10,1	§	§	§	-6,6	-5,0	
Básico	v. h. (%)	-7,5	-4,4	-2,6	1,4	5,2	-0,2	3,3	
Secundário e pós-secundário	v. h. (%)	9,1	3,0	-1,2	0,2	2,8	1,1	8,0	
Superior	v. h. (%)	3,9	10,4	12,1	7,9	3,7	8,6	0,8	
Trabalhadores por conta própria – Centro		milhares	223,5	222,7	226,5	225,9	218,9	223,5	225,7
	v. h. (%)	2,1	0,9	-1,4	-2,0	-1,4	-1,0	-2,2	
Isolados	v. h. (%)	3,2	0,2	-1,4	-2,7	-1,4	-1,4	-3,2	
Empregadores	v. h. (%)	-0,9	2,5	-1,6	0,6	-1,3	0,0	1,5	

§: Desvio do padrão de qualidade/Coefficiente de variação elevado

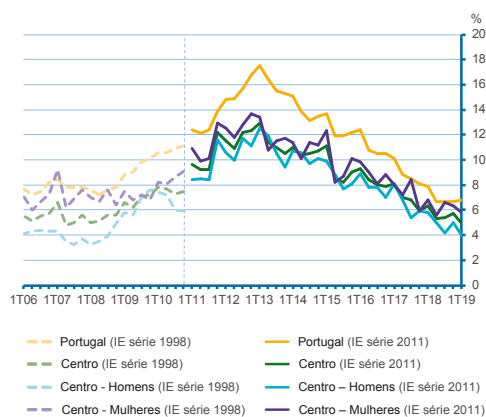
¹² Em alguns trimestres, no nível de escolaridade "Nenhum", não foi possível calcular as variações homólogas dado os valores absolutos não se encontrarem disponíveis por apresentarem desvio do padrão de qualidade/coeficientes de variação elevados.

A taxa de desemprego¹³ regional foi de 4,9%, no primeiro trimestre de 2019, traduzindo uma diminuição de 1,4 p.p. face ao trimestre homólogo e de 0,8 p.p. face ao trimestre precedente. Este valor foi novamente o mais baixo das sete regiões portuguesas e manteve-se inferior à média nacional, que foi de 6,8%. Os indivíduos do escalão etário dos 15 aos 24 anos, apesar de continuarem a ser a classe mais afetada pelo desemprego, registaram, neste trimestre, uma taxa de 12,1%, o que representou uma redução de 4,6 p.p. face ao período homólogo e de 8,3 p.p. face ao trimestre anterior. A taxa de desemprego das mulheres manteve-se superior à dos homens (5,8% contra 4,0%).

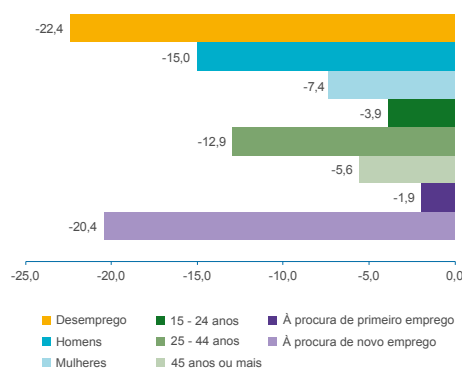
Neste período, na região, encontravam-se desempregados 55,8 mil indivíduos, menos 22,4% face a igual período do ano anterior. Das categorias de desempregados analisadas, apenas os desempregados há menos de 12 meses observaram um aumento homólogo. Todas as restantes categorias registaram diminuições homólogas, tendo as mais expressivas ocorrido nos desempregados há 12 ou mais meses (-47,8%), nos homens desempregados (-31,2%), nos desempregados dos 25 aos 44 anos (-25,0%) e nos desempregados à procura de novo emprego (-22,9%).

¹³ A taxa de desemprego é a relação entre a população desempregada e a população ativa.

Taxa de desemprego em Portugal e no Centro por sexo



Contributos para a taxa de variação homóloga do desemprego no Centro no primeiro trimestre de 2019 (%)



Quadro 4 – Desemprego		1T19	4T18	3T18	2T18	1T18	2018	2017
		média trimestral						
Taxa de desemprego								
Portugal	%	6,8	6,7	6,7	6,7	7,9	7,0	8,9
Centro	%	4,9	5,7	5,4	5,3	6,3	5,6	6,9
	v. h. (p.p.)	-1,4	-0,2	-1,4	-1,7	-1,8	-1,3	-1,5
Homens	%	4,0	5,0	4,2	5,0	5,8	5,0	6,5
Mulheres	%	5,8	6,3	6,6	5,6	6,8	6,3	7,4
15 - 24 anos	%	12,1	20,4	18,2	20,4	16,7	18,9	20,8
25 - 44 anos	%	5,6	6,2	5,8	5,9	7,4	6,3	6,9
45 anos ou mais	%	3,3	3,2	3,3	3,1	4,0	3,4	5,1
População desempregada – Centro	milhares	55,8	66,0	63,0	60,4	71,9	65,3	79,8
	v. h. (%)	-22,4	-2,2	-20,7	-24,6	-21,8	-18,2	-16,9
Homens	v. h. (%)	-31,2	-13,6	-23,1	-28,6	-28,4	-24,1	-15,5
Mulheres	v. h. (%)	-14,2	10,2	-18,9	-20,5	-14,6	-12,2	-18,4
15 - 24 anos	v. h. (%)	-23,9	32,0	-11,1	-8,3	-39,7	-10,8	-21,4
25 - 44 anos	v. h. (%)	-25,0	2,7	-10,3	-21,0	-8,1	-10,0	-17,5
45 anos ou mais	v. h. (%)	-17,4	-24,6	-37,0	-37,4	-28,3	-31,7	-13,2
À procura do primeiro emprego	v. h. (%)	-18,4	33,3	-11,1	-2,5	-1,3	2,3	-30,6
À procura de novo emprego	v. h. (%)	-22,9	-6,9	-22,2	-27,0	-23,7	-20,6	-14,8
Há menos de 12 meses	v. h. (%)	13,0	3,5	-15,0	-30,2	-30,6	-19,2	2,6
Há 12 meses ou mais	v. h. (%)	-47,8	-8,1	-26,1	-18,7	-14,0	-17,1	-29,9

No trimestre em análise, o salário médio líquido mensal dos trabalhadores por conta de outrem da Região Centro fixou-se nos 849 euros, representando um crescimento homólogo real de 2,8% e dando continuidade à evolução positiva observada desde o final de 2014, que apenas foi interrompida nos dois primeiros trimestres de 2017. De salientar que o salário médio da região continua abaixo da média nacional, que conheceu uma variação homóloga real de 2,2%, cifrando-se, pela primeira vez nos últimos 11 anos, acima dos 900 euros.

Quadro 5 – Salários e Custos do Trabalho		1T19	4T18	3T18	2T18	1T18	2018	2017	
								média trimestral	
Salário médio líquido mensal (trabalhadores por conta de outrem)									
Portugal	€	902	896	891	887	876	888	856	
	v. h. real (%)	2,2	2,7	2,1	3,2	2,8	2,7	0,6	
Centro	€	849	846	850	835	820	838	805	
	v. h. real (%)	2,8	3,5	3,1	2,8	2,9	3,1	-0,6	

DESEMPREGO REGISTRADO

-13,5%

desempregados registados nos centros de emprego regionais do que no trimestre homólogo e

No primeiro trimestre de 2019, os desempregados inscritos nos centros de emprego da Região Centro continuaram a diminuir significativamente face ao mesmo período do ano anterior. Também os novos desempregados mantiveram a tendência de quebra, observada há mais de três anos consecutivos. As colocações realizadas pelo IEFP voltaram a diminuir face ao trimestre homólogo.

90

colocações realizadas, em média, por dia, pelos centros de emprego regionais

Neste trimestre, encontravam-se inscritos nos centros de emprego do Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP) da Região Centro 59,3 mil desempregados. Esta evolução regional traduziu-se numa diminuição homóloga de 13,5%, dando continuidade à tendência de contrações homólogas sucessivas que se verificam há mais de cinco anos.

Para tal contribuiu a contração homóloga ocorrida nos novos desempregados inscritos nos centros de emprego da região (-0,8%), que embora mantendo a tendência de quebra, verificada há mais de três anos consecutivos, foi menos expressiva. Neste trimestre, registaram-se, em média, por dia, 298 novos desempregados (menos dois do que em igual período do ano anterior).

As colocações efetuadas pelo IEFP também registaram, neste trimestre, uma ligeira redução homóloga de 0,4%, infletindo o comportamento positivo observado no trimestre anterior. Em termos médios, ocorreram cerca de 90 colocações por dia, aproximadamente o mesmo número do que em igual trimestre do ano anterior.

Quadro 6 – Desemprego Registrado		1T19	4T18	3T18	2T18	1T18	2018	2017
							média trimestral	
Dados do IEFP – Centro								
Desemprego registado*	milhares	59,3	57,5	59,0	61,1	68,5	61,5	75,1
	v. h. (%)	-13,5	-16,6	-19,2	-18,8	-17,7	-18,1	-17,6
Novos desempregados**	milhares	26,8	28,0	28,4	23,7	27,1	26,8	28,7
	v. h. (%)	-0,8	-2,5	-6,2	-3,1	-13,2	-6,5	-11,6
Colocações do IEFP**	milhares	8,1	7,0	8,3	7,9	8,2	7,8	7,9
	v. h. (%)	-0,4	10,0	-4,5	-6,0	1,3	-0,5	-12,9

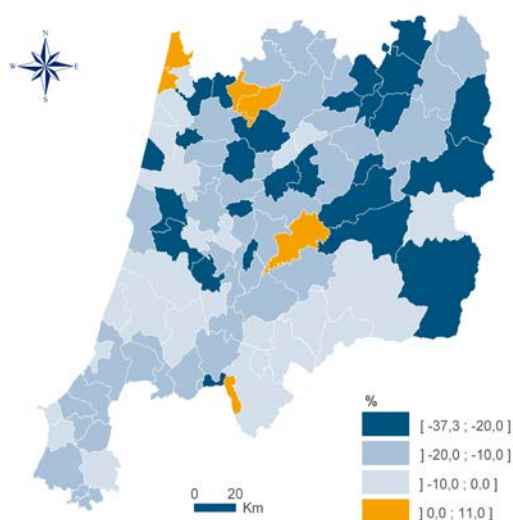
* valores médios trimestrais
**soma dos valores dos meses que compõem o trimestre

¹⁴ O índice de disparidade do peso do desemprego registado por município face à média regional é um indicador que pretende traduzir a dispersão do desemprego registado no IEFP na população potencialmente ativa em cada município em relação ao valor desse indicador na Região Centro. Este índice é obtido da seguinte forma: $\frac{[(\text{desemprego registado}) / (\text{população média residente 15-64 anos})]}{[(\text{desemprego registado})_{RC} / (\text{população média residente 15-64 anos})_{RC}] * 100}$, sendo determinado município e _{RC} a Região Centro. Para o cálculo do índice foi utilizada a população média residente do escalão etário 15-64 anos relativa ao ano de 2018.

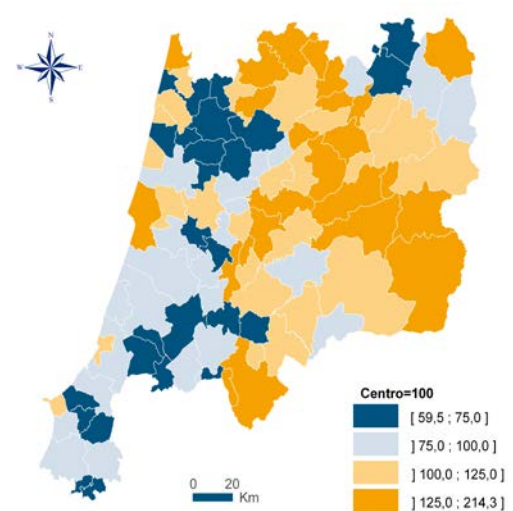
Analisando a evolução homóloga dos desempregados registados nos centros de emprego por município, verificou-se que em apenas seis municípios ocorreu um aumento do desemprego face a igual período do ano anterior, mais concretamente em Oliveira de Frades (11,0%), Vouzela (6,1%), Murtosa (5,0%), Pampilhosa da Serra (2,4%), Constância (2,1%) e Ovar (1,4%). Nos restantes 94 municípios, o número de desempregados diminuiu, evidenciando-se, pelas significativas reduções homólogas, Trancoso (-37,3%), Castanheira de Pera (-35,0%), Aguiar da Beira (-34,4%), Meda (-32,4%) e Almeida (-30,0%).

Relativamente ao peso dos desempregados registados nos centros de emprego no total da população potencialmente ativa (15-64 anos), verificou-se que, neste trimestre, 51 municípios apresentavam uma situação mais favorável do que a média regional, ou seja índices de disparidade¹⁴ inferiores a 100. Os municípios mais bem posicionados eram Meda (59,5), Ourém (60,8), Batalha (62,2) e Sobral de Monte Agraço (63,1). Dos 49 municípios com índices superiores à média regional, destacavam-se, com os valores mais elevados, os municípios de Idanha-a-Nova (214,3), Castro Daire (188,8) e São Pedro do Sul (177,1).

Variação homóloga do desemprego registado por município no primeiro trimestre de 2019



Disparidade do peso do desemprego registado por município face à média regional no primeiro trimestre de 2019¹⁴



EMPRESAS

26,4%

foi o crescimento homólogo das constituições de empresas na região e

-14,4%

foi a diminuição homóloga das ações de insolvência na região

No primeiro trimestre de 2019, assistiu-se a um aumento significativo das empresas constituídas e a uma redução das ações de insolvência, face ao período homólogo, na Região Centro e em Portugal. O peso do crédito vencido no total do crédito concedido continuou a diminuir, registando o valor mais baixo dos últimos sete anos. Também os empréstimos concedidos às empresas pelo setor financeiro intensificaram a tendência de quebra.

Neste trimestre, foram constituídas 2.521 empresas na Região Centro, o que correspondeu a um aumento expressivo de 26,4% face a igual período do ano anterior. Esta evolução regional superou o crescimento homólogo do número de constituições do total do país (17,8%). Em termos médios, foram criadas, aproximadamente, 28 novas empresas por dia na região, contribuindo para as 175 novas empresas criadas diariamente no país.

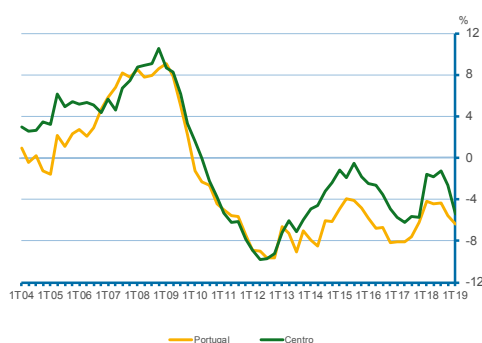
Na região registaram-se 274 ações de insolvência¹⁵ neste trimestre, o que se traduziu numa significativa diminuição homóloga de 14,4%, superior à evolução nacional (-11,5%). Esta redução das insolvências retoma a quebra observada durante oito trimestres consecutivos e que foi interrompida nos últimos três trimestres de 2018. Em Portugal ocorreram cerca de 17 ações de insolvência, em média, por dia, das quais aproximadamente três foram de empresas com sede na Região Centro.

Os empréstimos concedidos pela banca a sociedades não financeiras intensificaram a tendência negativa observada há mais de oito anos consecutivos. Ainda assim, a evolução homóloga real na região foi de -5,4%, enquanto a média nacional se situou nos -6,4%.

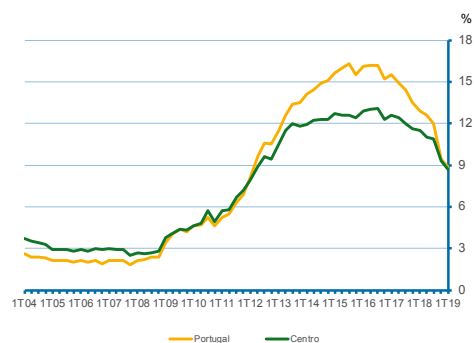
O incumprimento das empresas, medido pela importância do crédito vencido no total do crédito concedido às sociedades não financeiras, diminuiu em relação ao trimestre homólogo, tornando-se no valor mais baixo registado nos últimos sete anos. Deste modo, no primeiro trimestre de 2019, este indicador fixou-se nos 8,7% na região, ficando ligeiramente abaixo da média do país (8,9%).

¹⁵ A Iberinform, Crédito y Caución disponibiliza informação das ações de insolvência publicadas de acordo com a seguinte classificação: Declarada a Insolvência, Declarada a Insolvência – Apresentada, Declarada a Insolvência – Requerida e Em Plano de Insolvência. O total de ações de insolvência inclui estas quatro classificações.

Empréstimos concedidos a sociedades não financeiras (variação homóloga real)



Crédito vencido das sociedades não financeiras no total do crédito concedido



Quadro 7 – Empresas		1T19	4T18	3T18	2T18	1T18	2018	2017
		média trimestral						
Empresas constituídas								
Portugal	número	15.754	11.232	9.501	11.219	13.373	11.331	10.126
	v. h. (%)	17,8	14,6	4,9	15,6	12,0	11,9	10,0
Centro	número	2.521	1.583	1.361	1.651	1.995	1.648	1.539
	v. h. (%)	26,4	19,1	-5,3	7,1	7,8	7,0	3,5
Empréstimos concedidos a sociedades não financeiras								
Portugal	milhões €	69.029	69.071	71.798	72.179	73.204	71.563	74.305
	v. h. real (%)	-6,4	-5,6	-4,3	-4,5	-4,2	-4,6	-7,5
Centro	milhões €	13.290	13.186	13.859	13.862	13.948	13.714	13.833
	v. h. real (%)	-5,4	-2,7	-1,3	-1,8	-1,6	-1,8	-5,8
Crédito vencido (em percentagem do crédito concedido)								
Portugal	%	8,9	9,4	12,0	12,6	12,9	11,7	14,6
Centro	%	8,7	9,3	10,9	11,0	11,5	10,7	12,2
Ações de insolvência								
Portugal	número	1.530	1.726	1.233	1.922	1.728	1.652	1.660
	v. h. (%)	-11,5	1,8	16,5	10,0	-19,1	-0,5	-14,7
Centro	número	274	314	233	350	320	304	291
	v. h. (%)	-14,4	2,3	21,4	16,7	-12,1	4,6	-23,8

COMÉRCIO INTERNACIONAL DE BENS

2,4%

foi o crescimento homólogo real das saídas de bens da região e

1,6%

foi o crescimento homólogo real das entradas de bens na região

No primeiro trimestre de 2019, na Região Centro, assistiu-se a um crescimento das saídas e das entradas de bens em termos homólogos reais. O mercado extracomunitário foi novamente o que mais contribuiu para as variações registadas, neste trimestre, nas saídas e nas entradas de bens.

As saídas de bens da Região Centro registaram, neste trimestre, um crescimento homólogo real¹⁶ de 2,4% que, embora abaixo do total nacional que foi de 3,8%, deu continuidade à evolução positiva observada desde o primeiro trimestre de 2018, apenas interrompida no terceiro trimestre desse ano. Esta evolução foi explicada pelos aumentos homólogos das saídas para ambos os mercados, tendo o contributo mais significativo ocorrido no mercado extracomunitário (7,9%).

Considerando as saídas de bens da região por grupos de produtos, tendo em conta as doze secções da Nomenclatura Combinada com maior importância nas transações internacionais¹⁷ da Região Centro, verificou-se que as secções XVII “material de transporte” e X “pastas de madeira ou de outras matérias fibrosas celulósicas; papel ou cartão para reciclar (desperdícios e aparas); papel e suas obras” foram as que contribuíram em 3,57 p.p. para a variação homóloga regional positiva de 2,37%. Por contraste, cinco das secções analisadas contrariaram a evolução positiva registada na região, tendo as quebras mais expressivas ocorrido nas secções VII “plástico e suas obras; borracha e suas obras” (-1,35%), VI “produtos das indústrias químicas ou das indústrias conexas” (-0,40%) e XVI “máquinas e aparelhos, material elétrico, e suas partes; aparelhos de gravação ou de reprodução de som, aparelhos de gravação ou de reprodução de imagens e de som em televisão, e suas partes e acessórios” (-0,38%).

¹⁶ As taxas de variação real das variáveis presentes neste capítulo foram calculadas, na região e em Portugal, com base nos deflatores de Contas Nacionais específicos desses fluxos (atualizados para a base 2011).

¹⁷ Das 21 secções da Nomenclatura Combinada foram escolhidas as que, no período em análise, assumiram conjuntamente uma importância superior a 94% e 91% do total das saídas e entradas de bens na Região Centro. Estas secções encontram-se identificadas nas fontes de informação.

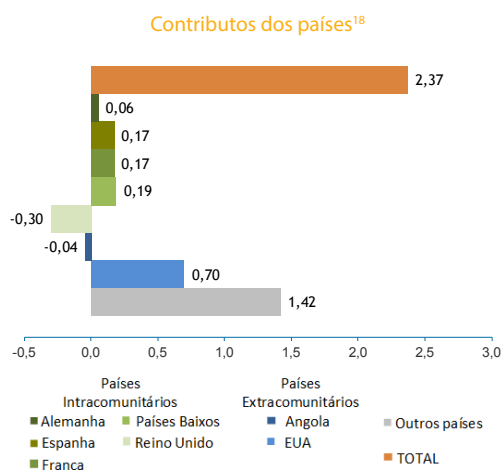
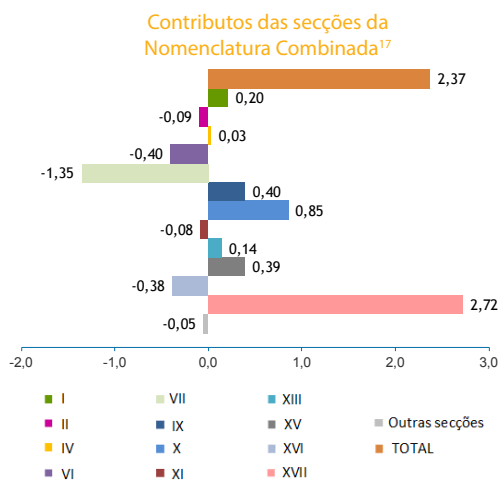
Quadro 8 – Comércio Internacional de Bens		1T19	4T18	3T18	2T18	1T18	2018	2017
		média trimestral						
Saídas de bens								
Portugal	milhões €	14.902,3	14.361,2	14.060,2	15.204,9	14.331,9	14.489,5	13.754,5
	v. h. real (%)	3,8	0,0	2,9	9,0	1,7	3,3	6,4
Intracomunitárias	milhões €	11.636,4	10.949,0	10.537,8	11.551,8	11.060,4	11.024,8	10.197,7
	v. h. real (%)	5,0	3,0	5,0	11,1	5,2	6,1	5,0
Extracomunitárias	milhões €	3.265,9	3.412,1	3.522,4	3.653,0	3.271,5	3.464,8	3.556,8
	v. h. real (%)	-0,3	-8,7	-3,0	2,8	-8,6	-4,4	10,6
Centro	milhões €	2.872,4	2.871,1	2.629,4	2.989,2	2.801,6	2.822,8	2.695,3
	v. h. real (%)	2,4	3,5	-0,4	6,7	1,0	2,7	-5,9
Intracomunitárias	milhões €	2.299,4	2.251,8	2.076,7	2.425,3	2.271,4	2.256,3	2.138,5
	v. h. real (%)	1,1	2,9	0,0	8,5	2,4	3,5	-4,2
Extracomunitárias	milhões €	572,9	619,2	552,7	563,9	530,1	566,5	556,9
	v. h. real (%)	7,9	5,8	-2,1	-0,1	-4,7	-0,2	-12,0
Entradas de bens								
Portugal	milhões €	20.252,5	19.620,0	18.232,3	19.326,0	17.854,9	18.758,3	17.422,1
	v. h. real (%)	13,7	5,3	2,4	6,9	5,3	5,0	8,8
Intracomunitárias	milhões €	15.480,3	15.187,9	13.359,5	14.528,9	13.741,1	14.204,4	13.298,5
	v. h. real (%)	12,9	5,3	-1,2	6,5	6,1	4,2	6,6
Extracomunitárias	milhões €	4.772,2	4.432,1	4.872,7	4.797,1	4.113,8	4.553,9	4.123,7
	v. h. real (%)	16,2	5,5	13,9	8,3	2,7	7,7	16,2
Centro	milhões €	2.437,0	2.490,9	2.324,9	2.693,7	2.402,5	2.478,0	2.314,3
	v. h. real (%)	1,6	2,9	-0,3	10,0	5,0	4,4	8,6
Intracomunitárias	milhões €	1.957,2	2.020,6	1.858,9	2.165,4	1.988,6	2.008,4	1.909,1
	v. h. real (%)	-1,4	0,1	-2,1	6,5	6,0	2,6	7,7
Extracomunitárias	milhões €	479,7	470,3	466,0	528,3	413,9	469,6	405,2
	v. h. real (%)	16,1	17,2	7,7	27,1	0,4	13,1	13,0

Os valores de 2017 são definitivos, os de 2018 e 2019 são preliminares sendo revistos trimestralmente. Os dados do comércio internacional foram deflacionados com informação de Contas Nacionais disponibilizada pelo INE na base 2011. A distribuição regional do comércio internacional tem por base a sede dos operadores (e não a região onde a transação dos bens ocorreu).

¹⁸ Dos diversos países com os quais a Região Centro estabelece relações comerciais foram escolhidos, nos mercados intra e extracomunitários, os que, neste trimestre, representavam no seu conjunto mais de 70% e 77% do total das saídas e das entradas de bens na região, respetivamente.

Analisando as saídas de bens da região considerando os países de destino com maior importância nas transações internacionais¹⁸ da Região Centro, constatou-se que os países que mais justificaram a variação homóloga regional de 2,37% foram, no mercado intracomunitário, os Países Baixos, a Espanha e a França (que no conjunto contribuíram em 0,54 p.p. para a variação total) e, no mercado extracomunitário, os EUA com uma variação positiva de 0,70%. A contrariar esta evolução regional positiva encontramos o Reino Unido e Angola.

Taxa de variação homóloga real das saídas de bens no Centro no primeiro trimestre de 2019 (%)

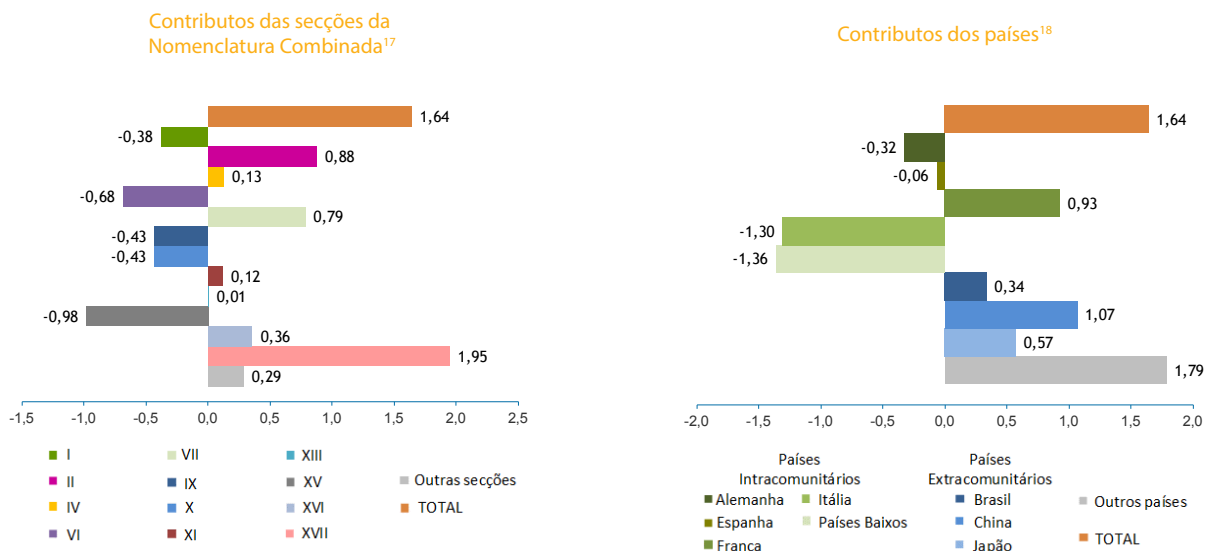


As entradas de bens na Região Centro registaram face a igual período do ano anterior um crescimento real de 1,6%, inferior ao total nacional que cresceu 13,7%. Esta evolução decorreu do significativo aumento homólogo observado nas entradas de bens provenientes dos países de fora da União Europeia (16,1%), mas que foi contrariado pela diminuição das entradas de bens do mercado intracomunitário (-1,4%).

Em termos das entradas de bens dos 12 grupos de produtos com maior importância nas transações internacionais da região, observou-se que a grande maioria desses grupos contribuíram para a variação homóloga real positiva das entradas de bens, com destaque para as secções XVII "material de transporte" (1,95%), II "produtos do reino vegetal" (0,88%) e VII "plástico e suas obras; borracha e suas obras" (0,79%). Cinco das secções analisadas contrariaram a evolução positiva regional, salientando-se pelas reduções mais expressivas as secções XV "metais comuns e suas obras" (-0,98%) e VI "produtos das indústrias químicas ou das indústrias conexas" (-0,68%).

No que respeita às entradas de bens na região por países de origem com maior relevância nas transações internacionais, verificou-se que a França foi, no mercado intracomunitário, o único país que contribuiu para o aumento homólogo regional de 1,64%, tendo os contributos negativos mais significativos ocorrido nos Países Baixos e na Itália (que conjuntamente contrariam a variação total em -2,66 p.p.). Dos países com relevo no mercado extracomunitário, todos contribuíram para a evolução regional positiva das entradas de bens, com destaque para a China com uma variação de 1,07%.

Taxa de variação homóloga real das entradas de bens no Centro no primeiro trimestre de 2019 (%)



TURISMO

0,5%

foi o aumento
homólogo real
dos hóspedes nos
estabelecimentos de
alojamento turístico
da região e

2,1%

o crescimento
homólogo real dos
proveitos desses
estabelecimentos

No primeiro trimestre de 2019, o setor do turismo na região mostrou alguns sinais de melhoria, evidenciada pelos crescimentos homólogos verificados nos hóspedes e nos proveitos dos estabelecimentos de alojamento turístico da região. Também no país a evolução foi positiva em ambos os indicadores. Já as dormidas registaram um crescimento homólogo real em Portugal, mas um decréscimo na região.

Neste trimestre, os estabelecimentos de alojamento turístico¹⁹ acolheram mais hóspedes do que em igual período do ano anterior. Apesar de na Região Centro, o crescimento homólogo (0,5%) ter sido menos expressivo do que o da média nacional (4,0%), deu-se continuidade à evolução positiva verificada no trimestre anterior. Se considerarmos apenas a hotelaria, excluindo assim o turismo no espaço rural e de habitação e ainda o alojamento local, o crescimento nos hóspedes foi mais significativo (1,9%).

Já as dormidas em estabelecimentos de alojamento turístico da região sofreram uma quebra face ao período homólogo (-0,6%), contrariando a média do país que aumentou em 0,7%.

Quadro 9 – Turismo		1T19	4T18	3T18	2T18	1T18	2018	2017
		média trimestral						
Hóspedes em estabelecimentos de alojamento turístico								
Portugal	milhares	4.422	5.303	8.329	6.904	4.253	6.197	5.971
	v. h. (%)	4,0	4,8	2,1	1,4	10,3	3,8	x
Centro	milhares	664	841	1.337	1.028	661	967	951
	v. h. (%)	0,5	2,7	-0,6	-2,1	11,8	1,6	x
Hotelaria	milhares	534	680	1.030	834	524	767	752
	v. h. (%)	1,9	3,8	-0,7	-0,9	10,5	2,0	x
Dormidas em estabelecimentos de alojamento turístico								
Portugal	milhares	10.780	13.148	24.091	18.145	10.709	16.524	16.241
	v. h. (%)	0,7	3,3	0,1	-1,5	9,8	1,7	x
Centro	milhares	1.060	1.408	2.519	1.718	1.066	1.678	1.691
	v. h. (%)	-0,6	0,9	-3,7	-5,9	15,2	-0,8	x
Hotelaria	milhares	843	1.128	1.939	1.384	837	1.322	1.332
	v. h. (%)	0,6	2,4	-4,0	-5,8	13,9	-0,7	x
Proveitos totais dos estabelecimentos de alojamento turístico								
Portugal	milhares €	581.294	759.168	1.544.857	1.090.466	553.878	987.092	920.302
	v. h. real (%)	4,2	5,0	3,3	7,0	14,5	6,2	x
Centro	milhares €	52.832	70.940	125.733	82.749	51.339	82.690	79.077
	v. h. real (%)	2,1	3,6	1,6	-1,5	18,2	3,5	x
Hotelaria	milhares	43.517	58.760	99.905	69.078	42.090	67.458	64.474
	v. h. real (%)	2,6	3,8	1,0	-0,7	18,1	3,6	x
Estada média nos estabelecimentos de alojamento turístico								
Portugal	n.º noites	2,4	2,5	2,9	2,6	2,5	2,7	2,7
Centro	n.º noites	1,6	1,7	1,9	1,7	1,6	1,7	1,8

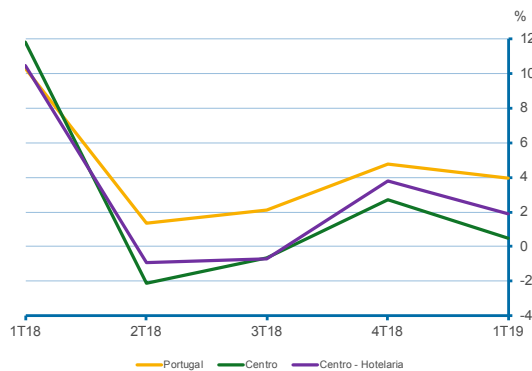
Desde a edição n.º 15 deste boletim que os dados absolutos se reportam à soma dos valores mensais em cada trimestre. Os valores de 2018 e 2019 são provisórios, exceto os do mês mais recente que são preliminares.

¹⁹ O setor de alojamento turístico inclui a hotelaria, o turismo no espaço rural e de habitação e ainda o alojamento local. A hotelaria abrange hotéis, hotéis-apartamentos, Pousadas e Quintas da Madeira, aldeamentos turísticos e apartamentos turísticos.

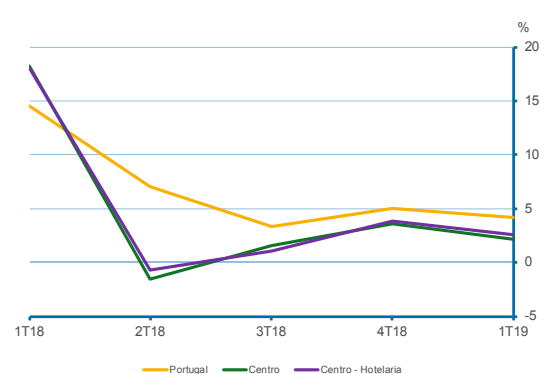
Os proveitos dos estabelecimentos de alojamento turístico registaram um crescimento homólogo real na região e no país, de 2,1% e 4,2%, respetivamente. Para a evolução regional dos proveitos contribuiu o aumento homólogo real dos proveitos de aposento que cresceram 1,5% e que representavam, neste trimestre, cerca de 68% do total de proveitos em estabelecimentos de alojamento turístico.

A estada média na Região Centro e em Portugal diminuiu ligeiramente para as 1,6 e 2,4 noites, respetivamente.

Hóspedes em estabelecimentos de alojamento turístico
(variação homóloga)



Proveitos totais dos estabelecimentos de alojamento turístico (variação homóloga real)



CONSTRUÇÃO E HABITAÇÃO

9,1%

foi o crescimento homólogo dos edifícios licenciados na região e

No primeiro trimestre de 2019, o setor da construção apresentou uma evolução positiva, evidenciada pelos crescimentos homólogos em todos os indicadores regionais do licenciamento. Os edifícios concluídos na região também aumentaram, apesar do contributo negativo dos novos fogos para habitação familiar. Das variáveis relativas ao crédito à habitação, destaca-se a evolução favorável do crédito vencido.

-25,0%

a diminuição homóloga real regional do crédito à habitação vencido

Neste trimestre, foram licenciados, na região, 1.588 edifícios, o que se traduziu num aumento homólogo de 9,1%. Esta variação, apesar de inferior à média nacional, em que os edifícios licenciados cresceram 9,7%, deu continuidade à tendência de aumentos iniciada em 2016. Os restantes indicadores do licenciamento também continuaram a evidenciar evoluções positivas. Assim, face a igual período do ano anterior, o licenciamento de construções novas na região aumentou 7,2% e o licenciamento de novos fogos para habitação familiar cresceu 6,9%.

Os edifícios concluídos aumentaram 4,2%, na região, face a igual período do ano anterior, mantendo a evolução positiva iniciada no ano de 2017. Este crescimento deveu-se ao acréscimo homólogo das conclusões de construções novas (5,5%). É, no entanto, de salientar a diminuição homóloga dos fogos concluídos em construções novas para habitação familiar (-9,6%), que interrompeu 10 trimestres de crescimentos homólogos consecutivos. Em termos nacionais, manteve-se a evolução positiva observada desde 2017, com os edifícios concluídos a registar um acréscimo homólogo de 7,2%.

Os empréstimos concedidos pelos bancos para habitação mantiveram-se em queda no primeiro trimestre de 2019, tendo sido observada uma variação homóloga real de -1,5% na região e de -1,9% no país. O crédito à habitação vencido na região continuou a diminuir expressivamente (-25,0%), em termos homólogos reais, acompanhando a evolução nacional (-26,2%) e mantendo a tendência de quebras registadas há mais de dois anos. Já o peso do crédito vencido no total do crédito à habitação concedido manteve-se na região e no país, nos valores de 2,0% e 2,2%, respetivamente.

Na Região Centro, neste trimestre, a avaliação bancária da habitação aumentou 4,3% em termos homólogos reais, situando-se abaixo da média nacional, que cresceu 5,9%. Cada metro quadrado destinado à habitação na região foi avaliado pelas entidades bancárias em 1.007,7 euros (aproximadamente mais 49 euros por metro quadrado do que em igual período do ano anterior). Apenas na Beira Baixa o valor médio da avaliação bancária diminuiu em termos homólogos reais. Das restantes sete sub-regiões da Região Centro, destacam-se, pelas variações homólogas mais significativas as Beiras e Serra da Estrela (6,8%) e o Oeste (6,7%).

Quadro 10 – Construção e Habitação		1T19	4T18	3T18	2T18	1T18	2018	2017
		média trimestral						
Edifícios licenciados*								
Portugal	número	5.933	5.635	5.376	5.744	5.410	5.541	4.651
	v. h. (%)	9,7	30,0	19,0	21,5	7,6	19,1	11,3
Centro	número	1.588	1.555	1.600	1.618	1.456	1.557	1.331
	v. h. (%)	9,1	30,9	19,9	18,2	1,7	17,0	7,9
Construções novas	número	1.085	999	1.049	1.105	1.012	1.041	909
	v. h. (%)	7,2	21,1	14,4	16,6	7,1	14,6	13,6
Novos fogos para habitação familiar	v. h. (%)	6,9	47,9	11,2	55,5	13,5	30,6	18,7
Edifícios concluídos* **								
Portugal	número	3.715	4.046	3.861	3.570	3.466	3.736	3.217
	v. h. (%)	7,2	18,8	12,3	17,9	15,7	16,1	22,1
Centro	número	1.089	1.155	1.140	1.017	1.045	1.089	977
	v. h. (%)	4,2	17,5	5,8	12,7	10,6	11,5	17,3
Construções novas	número	810	834	811	796	768	802	699
	v. h. (%)	5,5	16,8	7,3	22,8	13,6	14,9	23,4
Novos fogos para habitação familiar	v. h. (%)	-9,6	17,8	45,2	17,3	24,9	25,5	23,2
Empréstimos concedidos para habitação								
Portugal	v. h. real (%)	-1,9	-2,1	-2,3	-2,2	-2,2	-2,2	-3,9
Centro	v. h. real (%)	-1,5	-1,6	-1,7	-1,7	-1,6	-1,7	-3,4
Crédito à habitação vencido***								
Portugal	v. h. real (%)	-26,2	-24,3	-12,4	-8,7	-4,0	-12,2	-7,4
Centro	v. h. real (%)	-25,0	-24,1	-11,5	-7,6	-2,2	-11,3	-5,6
Avaliação bancária da habitação								
Portugal	€/m ²	1.237,3	1.215,7	1.196,0	1.175,7	1.160,0	1.186,8	1.122,0
	v. h. real (%)	5,9	5,3	4,9	4,8	4,0	4,7	3,7
Centro	€/m ²	1.007,7	1.002,0	986,3	961,3	959,0	977,2	927,0
	v. h. real (%)	4,3	4,1	4,2	4,0	5,2	4,4	4,5

* O total integra construções novas, ampliações, alterações e reconstruções.

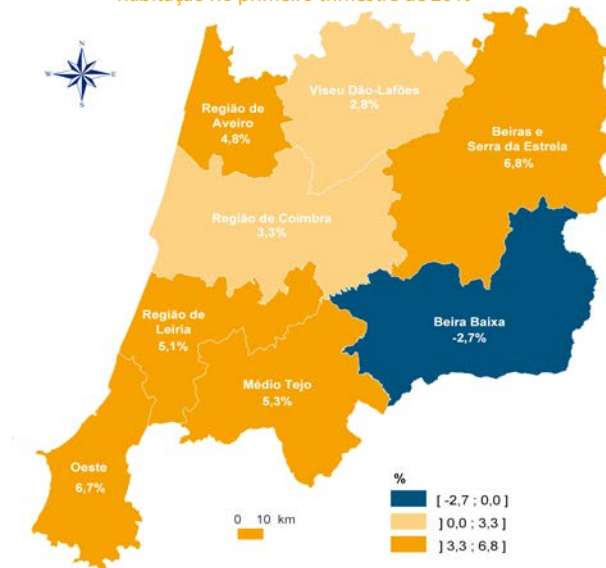
** A informação para os anos de 2017, 2018 e 2019 corresponde a dados preliminares e baseia-se nas Estimativas de Obras Concluídas.

*** Trata-se de créditos concedidos ao setor institucional das famílias que inclui empresários em nome individual e outras pessoas singulares.

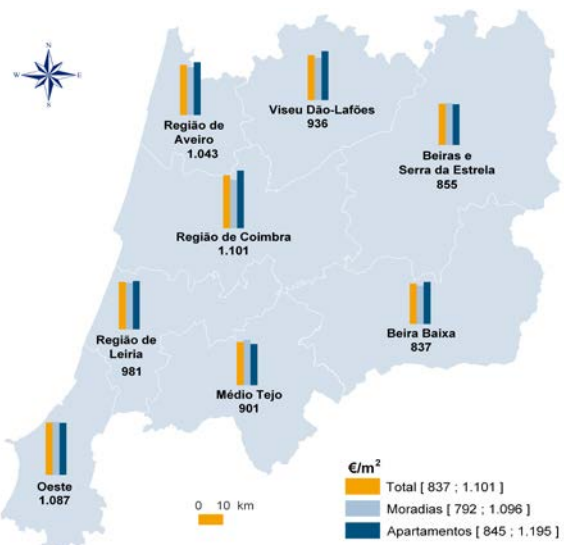
Ambas as tipologias de habitação (moradias e apartamentos) contribuíram para esta evolução positiva da avaliação bancária da habitação na região, tendo-se verificado um crescimento homólogo real de 4,9% no valor médio da avaliação bancária dos apartamentos e de 4,0% nas moradias.

A Região de Coimbra manteve o comportamento habitual, sendo a sub-região com a avaliação mais elevada (1.101€/m²) e onde os apartamentos eram mais valorizados (1.195€/m²). O Oeste continuou também a evidenciar a valorização mais elevada nas moradias (1.096€/m²), enquanto a menos elevada ocorria na Beira Baixa (792€/m²). Esta sub-região foi igualmente a menos valorizada em termos médios globais (837€/m²). Já os apartamentos apresentaram a avaliação mais baixa nas Beiras e Serra da Estrela (845€/m²).

Taxa de variação homóloga real da avaliação bancária da habitação no primeiro trimestre de 2019



Avaliação bancária da habitação no primeiro trimestre de 2019



PREÇOS E CONSUMO PRIVADO

0,9%

foi a taxa de inflação
homóloga regional e

8,2%

foi o crescimento
homólogo real das
compras em TPA

O Índice de Preços no Consumidor continuou a aumentar na Região Centro e em Portugal, face ao período homólogo, denotando-se, no entanto, um abrandamento regional em relação aos dois últimos trimestres de 2018. No que respeita ao consumo privado, quase todos os indicadores apresentaram, neste trimestre, evoluções positivas.

O nível médio de preços na região, avaliados pelo Índice de Preços no Consumidor, registou um aumento de 0,9%, face a igual período do ano anterior. Este crescimento regional superou ligeiramente o da média nacional (que neste trimestre aumentou novamente em 0,8%), mas foi inferior ao observado no período homólogo e nos dois trimestres anteriores. Na região, a maioria das classes de despesa acompanhou este crescimento dos preços, destacando-se com os aumentos mais expressivos os “transportes” (2,2%), as “bebidas alcoólicas e tabaco” (2,1%) e os “bens e serviços diversos” (2,0%). Apenas um terço das classes de despesa registaram variações negativas na comparação homóloga: o “vestuário e calçado” (-1,2%), os “acessórios, equipamento doméstico e manutenção corrente da habitação” (-0,9%), o “lazer, recreação e cultura” (-0,4%) e a “habitação, água, eletricidade, gás e outros combustíveis” (-0,1%).

Quadro 11 – Preços		1T19	4T18	3T18	2T18	1T18	2018	2017	
								média trimestral	
Índice de Preços no Consumidor – IPC									
Portugal	v. h. (%)	0,8	0,8	1,4	1,0	0,8	1,0	1,4	
Centro	v. h. (%)	0,9	1,0	1,5	0,9	1,0	1,1	1,1	
Produtos alimentares e bebidas não alcoólicas	v. h. (%)	0,9	0,2	0,9	1,1	0,7	0,7	1,5	
Bebidas alcoólicas e tabaco	v. h. (%)	2,1	2,5	2,5	2,3	1,7	2,3	2,4	
Vestuário e calçado	v. h. (%)	-1,2	-2,8	-3,4	-2,9	-2,6	-3,0	-1,8	
Habitação, água, eletricidade, gás e outros combustíveis	v. h. (%)	-0,1	2,7	3,0	2,1	1,5	2,3	0,7	
Acessórios, equipamento doméstico e manutenção corrente da habitação	v. h. (%)	-0,9	-0,5	-0,2	-0,5	-0,8	-0,5	-0,8	
Saúde	v. h. (%)	1,2	1,1	1,2	1,3	1,2	1,2	0,3	
Transportes	v. h. (%)	2,2	3,3	3,7	2,7	1,5	2,8	3,2	
Comunicações	v. h. (%)	0,2	0,3	0,4	0,6	0,8	0,5	2,8	
Lazer, recreação e cultura	v. h. (%)	-0,4	-0,4	0,3	-0,4	0,5	0,0	1,2	
Educação	v. h. (%)	1,2	1,1	1,6	1,6	1,6	1,5	1,1	
Restaurantes e hotéis	v. h. (%)	1,4	1,4	3,1	1,5	2,9	2,2	1,9	
Bens e serviços diversos	v. h. (%)	2,0	1,5	0,8	0,4	1,0	0,9	0,7	

No que se refere aos indicadores que pretendem aferir o consumo privado continuou a assistir-se, no primeiro trimestre de 2019, na região e no país, ao aumento homólogo real das compras em terminais de pagamento automático, dos pagamentos e dos levantamentos em caixas multibanco e das importações de bens de consumo.

Também os empréstimos concedidos para consumo aumentaram, na Região Centro, 3,7% em termos homólogos reais. Apesar desta evolução regional evidenciar um abrandamento face ao trimestre homólogo, posiciona a região acima da média do país e dá continuidade à tendência de crescimento observada há 11 trimestres sucessivos. Já o peso do crédito vencido para consumo no total de crédito concedido continuou em queda face ao período homólogo e aos períodos anteriores, fixando-se nos 6,5% na Região Centro e nos 7,4% no país, atingindo-se neste trimestre o valor regional mais baixo dos últimos 10 anos.

Já as receitas de cinema, quer na região, quer em Portugal, retomaram de forma expressiva a tendência de quebra registada desde o terceiro trimestre de 2017, apenas interrompida no trimestre anterior.

Quadro 12 – Consumo Privado		1T19	4T18	3T18	2T18	1T18	2018	2017
		média trimestral						
Entradas intracomunitárias de bens de consumo*								
Portugal	v. h. real (%)	8,8	3,1	-3,7	1,3	1,1	0,5	2,1
Centro	v. h. real (%)	0,5	5,9	2,2	0,6	-0,3	2,0	-0,2
Receitas de cinema**								
Portugal	v. h. real (%)	-17,5	12,3	-0,8	-25,0	-4,0	-4,6	4,3
Centro	v. h. real (%)	-24,5	13,7	-6,9	-34,1	-7,4	-9,7	6,4
Empréstimos concedidos para consumo e outros fins***								
Portugal	v. h. real (%)	3,0	3,0	3,4	4,1	4,0	3,6	2,6
Centro	v. h. real (%)	3,7	3,6	4,7	5,7	5,1	4,8	3,7
Crédito vencido para consumo e outros fins*** (em percentagem do crédito concedido)								
Portugal	%	7,4	7,6	8,6	8,6	9,2	8,5	10,8
Centro	%	6,5	6,6	7,4	7,8	8,4	7,6	9,7
Levantamentos em caixas automáticos								
Portugal	v. h. real (%)	2,6	2,5	0,8	0,3	2,0	1,4	0,5
Centro	v. h. real (%)	2,8	2,8	1,9	0,5	2,7	2,0	0,9
Pagamentos em caixas automáticos								
Portugal	v. h. real (%)	4,2	4,6	5,4	5,6	3,2	4,8	4,6
Centro	v. h. real (%)	3,5	5,2	4,8	4,9	3,2	4,6	3,8
Compras em terminais de pagamento automático								
Portugal	v. h. real (%)	7,2	7,5	7,0	7,3	10,6	8,0	9,1
Centro	v. h. real (%)	8,2	8,8	8,4	7,0	10,3	8,6	7,9

* A distribuição regional das importações intracomunitárias tem por base o critério de destino das mercadorias. Os valores de 2017 são definitivos, os de 2018 e 2019 são preliminares sendo revistos trimestralmente. Estes dados foram deflacionados com informação de Contas Nacionais disponibilizada pelo INE na base 2011.

** Os dados de 2019 das receitas de cinema são provisórios.

*** Créditos concedidos ao setor institucional das famílias que inclui empresários em nome individual e outras pessoas singulares. Excluem-se os empréstimos destinados à habitação.

Portugal apresenta uma grande disparidade regional, em termos de desenvolvimento económico e social. Tomando como referência o PIB *per capita* em relação à média da União Europeia, as regiões portuguesas NUTS II encontram-se distribuídas, em termos de elegibilidade para os cinco fundos europeus estruturais e de investimento (Fundo Europeu do Desenvolvimento Regional - FEDER, Fundo de Coesão - FC, Fundo Social Europeu - FSE, Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural - FEADER e Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e da Pesca - FEAMP), em regiões menos desenvolvidas quando esse valor é inferior a 75% da média da União Europeia (Norte, Centro, Alentejo e Açores); região em transição (Algarve) e regiões desenvolvidas (Lisboa e Madeira).

O PORTUGAL 2020 consiste no acordo de parceria adotado entre Portugal e a Comissão Europeia, que reúne a atuação dos cinco fundos e no qual se definem os princípios de programação que consagram a política de desenvolvimento económico, social e territorial para promover, em Portugal, entre 2014 e 2020. Estes princípios de programação estão alinhados com o crescimento inteligente, sustentável e inclusivo, prosseguindo a estratégia Europa 2020. O PORTUGAL 2020 é operacionalizado através de 16 Programas Operacionais a que acrescem, tal como no período anterior, os programas de cooperação territorial nos quais Portugal participará a par com outros estados membros: os quatro Programas Operacionais Temáticos do Continente (competitividade e internacionalização; inclusão social e emprego; capital humano e sustentabilidade e eficiência no uso dos recursos); os sete Programas Operacionais Regionais do Continente e das Regiões Autónomas (Norte, Centro, Lisboa, Alentejo, Algarve, Açores e Madeira), três Programas de Desenvolvimento Rural (um para o Continente e dois para as Regiões Autónomas), um Programa para o Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas (Programa Operacional MAR 2020) e ainda um Programa Operacional de Assistência Técnica.

A dotação do PORTUGAL 2020 para o período de programação 2014-2020 é de 25,8 mil milhões de euros, destinada a estimular o crescimento e a criação de emprego. Esta dotação corresponde ao conjunto dos fundos que são atribuídos no âmbito dos 16 Programas Operacionais (temáticos e regionais). No caso dos promotores da Região Centro, estes poderão beneficiar da dotação global do Programa Operacional Regional CENTRO 2020 (2.155 milhões de euros) e ainda de concursos abertos no âmbito dos quatro Programas Operacionais Temáticos, do Programa de Desenvolvimento Rural para o Continente e do Programa Operacional MAR 2020.

PORTUGAL 2020 NA REGIÃO CENTRO

5,2 mil milhões de euros

de fundos europeus aprovados para a Região Centro até 31 de março de 2019 e

26,0%

dos fundos europeus aprovados no PORTUGAL 2020 absorvidos pela Região Centro

²⁰ No final de março de 2019, apenas 2% do total de fundos europeus aprovados no PORTUGAL 2020 não se encontravam distribuídos em termos de NUTS II, tratando-se de operações com investimento em mais do que uma região. A territorialização dos fundos europeus aprovados tem por base a localização das operações.

No PORTUGAL 2020, até 31 de março de 2019, estavam aprovados 5,2 mil milhões de euros de fundos europeus para apoiar 7,8 mil milhões de euros de investimentos na Região Centro. O COMPETE 2020 mantinha-se como o programa operacional com mais relevância na região, sendo responsável por 32,5% deste volume de apoios. O FEDER tinha cofinanciado a maioria do fundo aprovado.

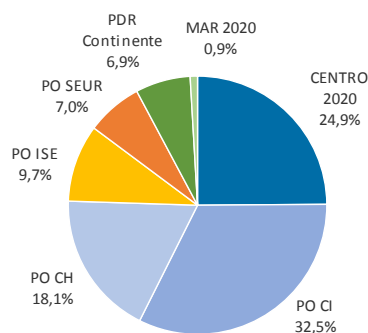
No final do primeiro trimestre de 2019, encontravam-se aprovados 5,2 mil milhões de euros de fundos europeus para aplicação na Região Centro, oriundos dos vários Programas Operacionais do PORTUGAL 2020, correspondendo a um volume de investimento elegível de 7,8 mil milhões de euros²⁰. Estes apoios absorvidos pela Região Centro correspondiam a 26,0% do total de fundos europeus aprovados no PORTUGAL 2020.

O COMPETE 2020 (Programa Operacional Competitividade e Internacionalização – PO CI) era o programa operacional com mais relevância na região, sendo responsável por 32,5% dos apoios. Juntamente com o CENTRO 2020 (Programa Operacional Regional) e o PO CH (Programa Operacional Capital Humano) mobilizaram para a região 75,5% dos montantes aprovados, correspondendo a 4,0 mil milhões de euros de fundos europeus.

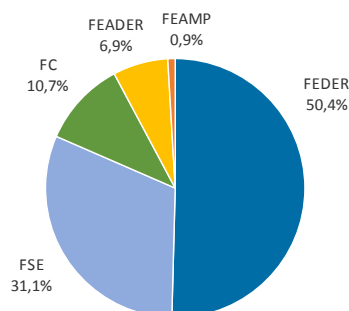
A maioria das aprovações na região teve cofinanciamento FEDER, cujo volume de apoio ascendia a 2,6 mil milhões de euros (50,4%).

Fundo europeu aprovado no PORTUGAL 2020, na Região Centro (31 de março de 2019)

Por Programa Operacional



Por Fundo Financiador



PO CI – Programa Operacional Competitividade e Internacionalização
PO CH – Programa Operacional Capital Humano
PO ISE – Programa Operacional Inclusão Social e Emprego
PO SEUR – Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso dos Recursos
PDR – Programa de Desenvolvimento Rural
MAR 2020 – Programa para o Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas

FEDER – Fundo Europeu do Desenvolvimento Regional
FSE – Fundo Social Europeu
FC – Fundo de Coesão
FEADER – Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural
FEAMP – Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e da Pesca

Programas Operacionais Temáticos do PORTUGAL 2020 no Centro

Até 31 de março de 2019, estavam aprovados 3,9 mil milhões de euros de fundos europeus para a Região Centro, no âmbito dos vários Programas Operacionais temáticos do PORTUGAL 2020 – PO CI, PO CH, PO ISE, PO SEUR – e do PDR e MAR 2020, envolvendo os cinco Fundos Estruturais e de Investimento Europeus – FEDER, FSE, FC, FEADER e FEAMP. Este volume de apoio correspondia a um total de investimento/despesa elegível na região de 5,8 mil milhões de euros.

Quadro 13 - Aprovações e Execução Financeira nos Programas Operacionais Temáticos do PORTUGAL 2020 na Região Centro (31 de março de 2019)	Aprovações		Execução Financeira		
	Despesa elegível	Fundo europeu	Despesa elegível	Fundo europeu	Taxa de realização de fundo*
	Milhares de euros		Milhares de euros		%
Total - Centro	5.840.988	3.932.287	x	x	x
Programa Operacional Competitividade e Internacionalização (PO CI)	2.922.420	1.701.630	995.785	575.310	33,8
Programa Operacional Capital Humano (PO CH)	1.115.833	948.458	654.565	559.256	59,0
Programa Operacional Inclusão Social e Emprego (PO ISE)	589.435	507.243	242.352	210.530	41,5
Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso dos Recursos (PO SEUR)	443.610	367.206	149.728	128.413	35,0
Programa de Desenvolvimento Rural do Continente (PDR)	659.064	359.759	x	x	x
Programa para o Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas (MAR 2020)	110.625	47.990	x	13.281	27,7

x - valor não disponível
 * - fundo executado / fundo aprovado x 100

No **Programa Operacional Competitividade e Internacionalização (PO CI) – COMPETE 2020**, orientado para a melhoria da competitividade através do conhecimento e da inovação e para a promoção da internacionalização da economia portuguesa, até 31 de março de 2019, estavam aprovados 2,9 mil milhões de euros de investimento elegível na Região Centro, a que correspondia uma comparticipação de fundo europeu de 1,7 mil milhões de euros. O fundo executado ascendia a 575,3 milhões de euros, resultando numa taxa de realização deste programa operacional na região de 33,8%.

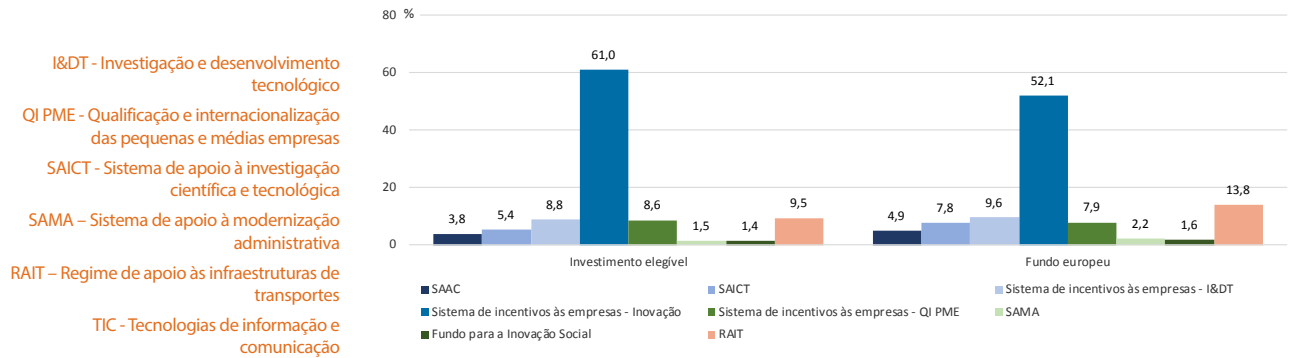
O sistema de incentivos às empresas, no seu conjunto, absorvia uma parcela muito significativa dos fundos europeus aprovados no COMPETE 2020 na região (69,6%). Neste instrumento de apoio às empresas prevaleciam os incentivos à inovação empresarial (correspondendo a 886,7 milhões de euros de fundos aprovados), bastante distanciados dos incentivos à investigação e desenvolvimento tecnológico e à qualificação das pequenas e médias empresas (PME) (162,5 e 134,5 milhões de euros de fundos aprovados, respetivamente). O sistema de apoio à investigação científica e tecnológica (SAICT) concentrava 7,8% do fundo europeu aprovado e o sistema de apoio a ações coletivas (SAAC) 4,9%.

O regime de apoio às infraestruturas de transportes (RAIT) absorvia 13,8% do incentivo aprovado, correspondendo a 235,1 milhões de euros de fundos europeus. Deste valor, 191,6 milhões de euros eram oriundos do Fundo de Coesão e respeitavam a intervenções em ferrovia e portos pertencentes a redes transeuropeias de transportes, designadamente na Linha do Norte (123,3 milhões de euros para modernização dos troços Alfarelos-Pampilhosa, Ovar-Gaia e Santana-Cartaxo-Entroncamento), na Linha da Beira Baixa (60,6 milhões de euros para modernização do troço Castelo Branco/Covilhã/Guarda) e no Porto de Aveiro (7,8 milhões de euros). Os restantes 43,5 milhões de euros provinham de FEDER, sendo referentes a investimentos na ferrovia não integrada em redes transeuropeias, mais concretamente em operações de modernização do troço Meleças - Caldas da Rainha, na Linha do Oeste.

O sistema de apoio à modernização administrativa (SAMA) correspondia a 2,2% do fundo europeu aprovado, tratando-se de ações de promoção das TIC na administração e serviços públicos, de ações de capacitação e modernização dos serviços públicos e de formação dos trabalhadores em funções públicas. De destacar, por exemplo, o Centro Hospitalar e Universitário de Coimbra, E.P.E., com três projetos aprovados que totalizam 4,2 milhões de euros de incentivo aprovado para transformação digital e modernização dos sistemas de informação e tecnologias de informação e comunicação nesta entidade.

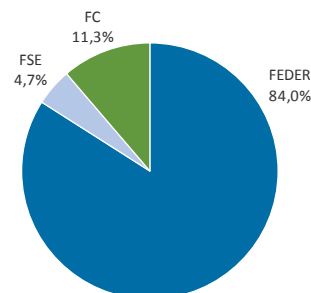
De referir ainda o Fundo para a Inovação Social, com FSE aprovado na Região Centro de 28 milhões de euros (1,6%). Trata-se de um instrumento financeiro destinado a fomentar o investimento social e a facilitar o acesso a financiamento por parte de organizações sociais e PME que pretendam desenvolver projetos de inovação e empreendedorismo social. Em termos programáticos tinha sido integrado no PO ISE mas, com a reprogramação do PORTUGAL 2020 (em dezembro de 2018), foi transferido para o COMPETE 2020.

Distribuição das aprovações no âmbito do Programa Operacional Competitividade e Internacionalização (PO CI) – COMPETE 2020, na Região Centro, por tipologia de operação (31 de março de 2019)



A grande maioria do fundo europeu aprovado do COMPETE 2020 na região teve cofinanciamento FEDER (84,0%), existindo também comparticipações pelo Fundo de Coesão (11,3%), correspondendo ao já referido regime de apoio às infraestruturas de transportes, e pelo FSE (4,7%). No caso do FSE, trata-se do cofinanciamento de formação de empresários e trabalhadores de empresas, integrada em candidaturas ao sistema de incentivos às empresas (inovação e QI PME), de formação-ação para PME no âmbito do sistema de incentivos à QI PME e do cofinanciamento de formação integrada em candidaturas ao SAMA.

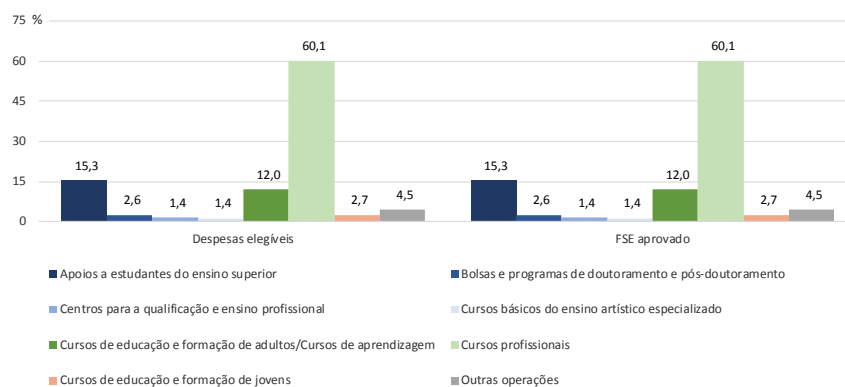
Distribuição do fundo europeu aprovado no âmbito do Programa Operacional Competitividade e Internacionalização (PO CI) – COMPETE 2020, na Região Centro, por fundo financiador (31 de março de 2019)



No **Programa Operacional Capital Humano (PO CH)**, que visa uma melhor educação e a qualificação das pessoas, fator determinante no desenvolvimento e na competitividade das regiões, até 31 de março de 2019, na Região Centro, estavam aprovados 948,5 milhões de euros de FSE, correspondendo a um total de despesa elegível de 1,1 mil milhões de euros. O fundo executado ascendia a 559,3 milhões de euros, traduzindo-se numa taxa de realização deste programa operacional na região de 59,0% (a mais elevada de entre os vários programas operacionais).

Do apoio aprovado, 60,1% destinavam-se a cofinanciar cursos profissionais (correspondendo a 569,8 milhões de euros de FSE), visando a melhoria da pertinência do ensino e da formação ministrada para o mercado de trabalho, facilitando a transição da educação para o trabalho. De entre as restantes ações, destacavam-se os apoios a estudantes do ensino superior (15,3%), que se traduzem em bolsas para alunos carenciados e empréstimos, e os cursos de educação e formação de adultos/sistema de aprendizagem (12,0%), que constituem uma oferta para os adultos que pretendam elevar as suas qualificações.

Distribuição das aprovações no âmbito do Programa Operacional Capital Humano (PO CH), na Região Centro, por tipologia de operação (31 de março de 2019)



No **Programa Operacional Inclusão Social e Emprego (PO ISE)**, que pretende promover uma economia baseada em elevadas taxas de emprego, na melhoria das qualificações e na luta contra a pobreza e exclusão social, no final do primeiro trimestre de 2019, estavam aprovados, na Região Centro, 589,4 milhões de euros de despesa elegível e 507,2 milhões de euros de FSE. O fundo validado totalizava 210,5 milhões de euros, perfazendo uma taxa de realização do PO ISE na região de 41,5%.

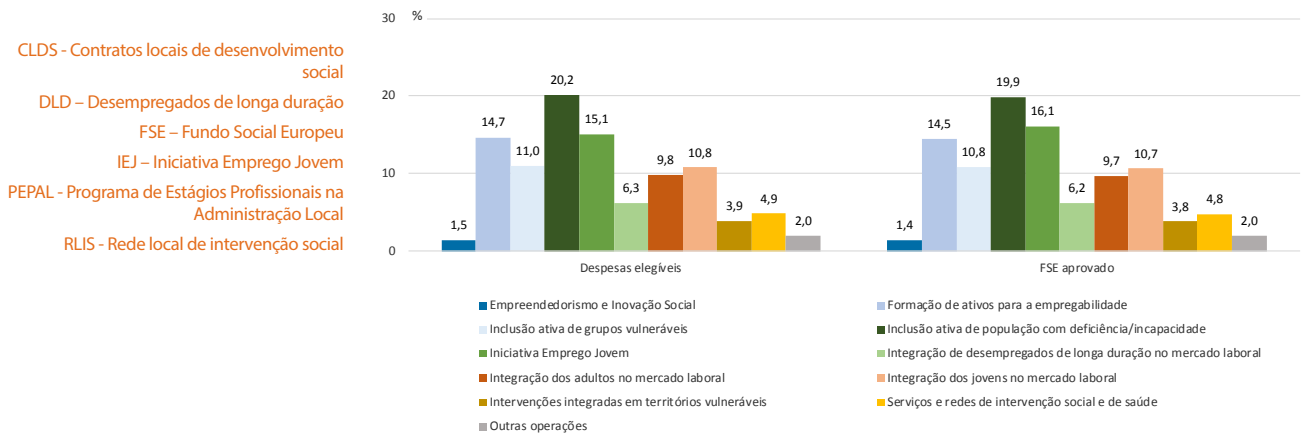
A inclusão ativa de pessoas com deficiência ou incapacidade absorvia 19,9% do FSE aprovado (101,0 milhões de euros), tratando-se de emprego apoiado e de ações que possibilitam a aquisição e o desenvolvimento de competências profissionais, tendo em vista potenciar a empregabilidade das pessoas com deficiência e incapacidade, orientadas para o exercício de uma atividade no mercado de trabalho.

Outra parte relevante do fundo aprovado (16,1%, correspondendo a 81,8 milhões de euros) respeitava a projetos da Iniciativa Emprego Jovem (IEJ), correspondendo a estágios em empresas e na administração local, apoios à contratação e ações de qualificação/educação, que visam a integração sustentável no mercado laboral dos jovens que não trabalham, não estudam, nem se encontram em formação (incluindo jovens em risco de exclusão social e de comunidades marginalizadas). A IEJ apoia assim a concretização da Garantia para a Juventude, segundo a qual os países da União Europeia devem tomar medidas para assegurar que, no prazo de quatro meses após ficarem desempregados ou saírem do sistema de ensino, todos os jovens com menos de 25 anos possam beneficiar de uma oferta de emprego adequada, continuem a estudar ou façam um estágio ou uma formação em regime de aprendizagem.

A formação de ativos (empregados e desempregados) para a empregabilidade representava 14,5% do FSE aprovado. A inclusão de grupos vulneráveis absorvia 10,8% do FSE aprovado, tratando-se de ações que visam promover a capacitação de grupos potencialmente vulneráveis, apostando fundamentalmente no desenvolvimento de competências de natureza pessoal e social.

De referir ainda o cofinanciamento de ações de integração de jovens fora do âmbito da Iniciativa Emprego Jovem no mercado de trabalho (10,7%) e de integração de adultos no mercado laboral (9,7%). Em ambas as tipologias, as ações financiadas referem-se a estágios e apoios à contratação.

Distribuição das aprovações no âmbito do Programa Operacional Inclusão Social e Emprego (PO ISE), na Região Centro, por tipologia de operação (31 de março de 2019)



No **Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso dos Recursos (PO SEUR)**, que pretende responder aos desafios de transição para uma economia de baixo carbono, assente numa utilização mais eficiente de recursos e na promoção de maior resiliência face aos riscos climáticos e às catástrofes, até 31 de março de 2019, estavam aprovados, na Região Centro, 443,6 milhões de euros de despesa elegível e 367,2 milhões de euros de fundo de coesão. A taxa de realização deste programa operacional na Região Centro era de 35,0%, com o fundo validado a ascender a 128,4 milhões de euros.

Cerca de 38% do fundo europeu aprovado (138,0 milhões de euros) respeitava a projetos do ciclo urbano da água, na sua maioria para a concretização e remodelação de ETAR, elaboração de cadastros das infraestruturas em baixa de abastecimento de água e investimentos em drenagem de águas residuais.

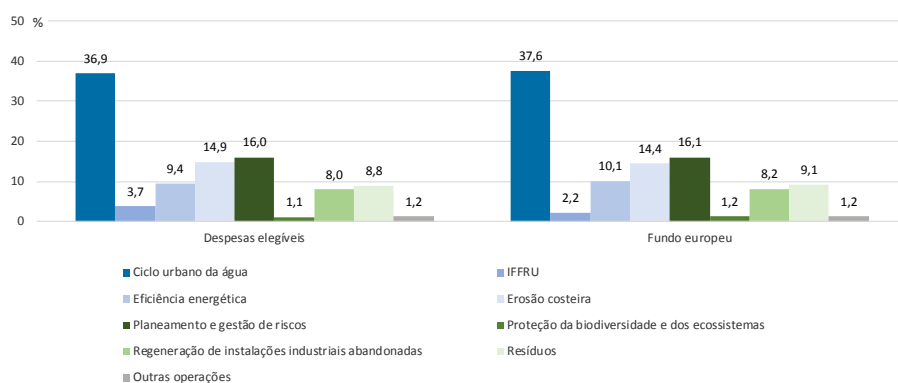
As operações relacionadas com planeamento e gestão de riscos totalizavam 58,9 milhões de euros, representando 16,1% do incentivo aprovado. Tratam-se de abordagens direcionadas para a prevenção de riscos específicos como cheias/inundações e incêndios florestais, mas também de instrumentos de previsão, planeamento, monitorização e gestão para assegurar a resiliência do sistema de proteção civil face à diversidade de riscos. Nesta tipologia destacavam-se, pelos montantes de fundo europeu aprovado, as operações de desassoreamento do rio Mondego e estabilização da margem direita do Rio Mondego entre a Ponte Santa Clara e o Açude - Ponte de Coimbra, no município de Coimbra (10,2 milhões de euros), a regularização do rio Arunca (5,7 milhões de euros), as intervenções no aproveitamento hidráulico do rio Mondego (4,1 milhões de euros) e os investimentos em infraestruturas hidráulicas do sistema de defesa contra cheias e marés no Baixo Vouga Lagunar (4,0 milhões de euros).

Os projetos de prevenção da erosão costeira (outro tipo de risco específico que afeta o nosso território) absorviam 14,4% do fundo aprovado, destacando-se as operações de transposição de sedimentos para otimização do equilíbrio hidrodinâmico na Região de Aveiro (17,6 milhões de euros), de desassoreamento da zona superior da lagoa de Óbidos (13,6 milhões de euros) e de alimentação artificial do troço costeiro da Costa Nova - Vagueira com areias provenientes do Porto de Aveiro (5,3 milhões de euros).

As ações de eficiência energética representavam 10,1% do fundo aprovado, abrangendo habitações, transportes e sobretudo infraestruturas públicas (8,0%), destacando-se, pela relevância dos valores, a implementação de medidas de eficiência energética em edifícios com consumos relevantes de energia, como os centros hospitalares Tondela-Viseu, do Médio Tejo e do Baixo Vouga, os institutos politécnicos de Tomar, da Guarda e de Castelo Branco, o Instituto Português de Oncologia de Coimbra, a unidade local de saúde de Castelo Branco, a universidade da Beira Interior, entre outros.

De destacar ainda os 9,1% de fundo europeu aprovado para valorização de resíduos, onde se evidencia o incentivo de 16,0 milhões de euros atribuído à unidade de tratamento integrado de resíduos sólidos da Associação de Municípios do Planalto Beirão, para incremento da qualidade e da quantidade da reciclagem dos três fluxos multimateriais.

Distribuição das aprovações no âmbito do Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso dos Recursos (PO SEUR), na Região Centro, por categoria de intervenção (31 de março de 2019)



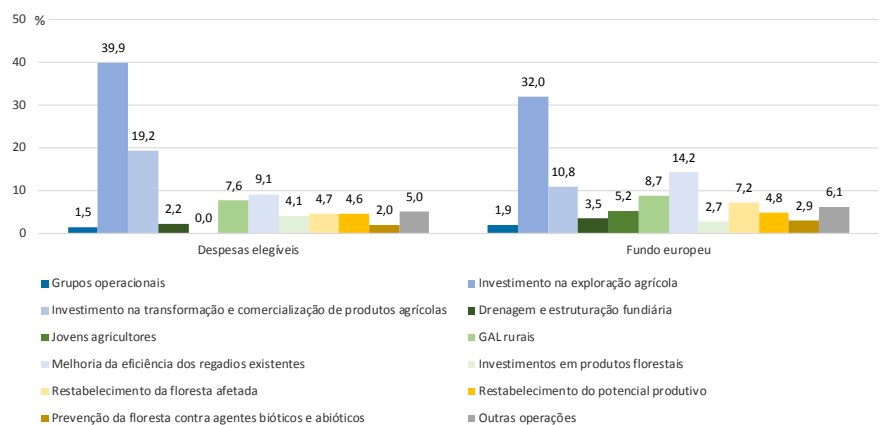
No âmbito do **Programa de Desenvolvimento Rural (PDR)**, destinado ao desenvolvimento agrícola e rural, até 31 de março de 2019, na Região Centro, estavam aprovados 659,1 milhões de euros de despesa elegível e 359,8 milhões de euros de FEADER.

Para este nível de compromisso, contribuíram fortemente os projetos aprovados na ação "investimento na exploração agrícola", totalizando 115,2 milhões de euros de FEADER (32,0% dos apoios aprovados), que pretende reforçar a viabilidade e a competitividade das explorações agrícolas e preservar e garantir a sua sustentabilidade ambiental.

As operações de melhoria da eficiência dos regadios existentes absorveram 51,1 milhões de euros de fundo europeu (14,2% do fundo aprovado), destacando-se pelos elevados montantes de apoio, a modernização do regadio do vale do Pranto, integrado no regadio do Baixo Mondego, abrangendo os municípios de Soure, Pombal e Figueira da Foz (21,2 milhões de euros), o aproveitamento hidroagrícola da Cela, em Alcobça (8,6 milhões de euros de fundo aprovado) e o aproveitamento hidroagrícola do Vale do Lis, designadamente no bloco de rega das Salgadas, em Leiria (7,5 milhões de euros) e no bloco do Boco, na Marinha Grande (4,7 milhões de euros de apoio aprovado).

De destacar ainda os investimentos na transformação e comercialização de produtos agrícolas (10,8% do fundo aprovado), que visam potenciar a criação de valor na estrutura agroindustrial e a internacionalização do setor, e a área do desenvolvimento local, responsável por 8,7% do FEADER aprovado, operacionalizado pelos 24 Grupos de Ação Local (GAL) rurais da Região Centro, que têm a responsabilidade de implementar as respetivas Estratégias de Desenvolvimento Local (EDL). Estas estratégias visam o desenvolvimento, diversificação e competitividade da economia e a melhoria das condições de vida destes territórios de base rural. Dos 31,4 milhões de euros de fundo europeu aprovados nesta área do desenvolvimento local, 18,0 milhões de euros destinaram-se à qualificação dos GAL rurais para que possam desempenhar as suas funções relativas à implementação, gestão, acompanhamento e animação das EDL. Os restantes 13,3 milhões de euros correspondem à aprovação de operações para a concretização das referidas estratégias nas tipologias “regime simplificado de pequenos investimentos nas explorações agrícolas”, “pequenos investimentos na transformação e comercialização”, “diversificação de atividades na exploração”, “cadeias curtas e mercados locais” e “renovação de aldeias”.

Distribuição das aprovações no âmbito do Programa de Desenvolvimento Rural (PDR), na Região Centro, por tipologia de operação (31 de março de 2019)



Finalmente, no que se refere ao **Programa Operacional MAR 2020**, que visa apoiar as pescas, até 31 de março de 2019, na Região Centro, tinham sido aprovados 110,6 milhões de euros de despesa elegível e 48,0 milhões de euros de FEAMP. A taxa de realização deste programa operacional na região era de 27,7%, ascendendo o fundo validado a 13,3 milhões de euros.

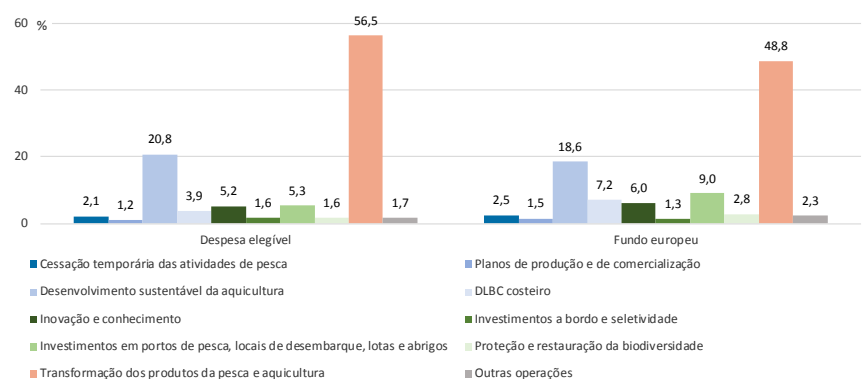
Os apoios à transformação dos produtos da pesca e da aquicultura absorviam 48,8% do fundo aprovado, correspondendo a 23,4 milhões de euros. De destacar, nesta medida, o investimento empresarial numa nova unidade de comercialização de pescado fresco e congelado, na Nazaré, com uma despesa elegível de 13,0 milhões de euros e uma participação financeira de FEAMP que ascenderá aos 4,9 milhões de euros. Ainda de referir, pela sua relevância, os apoios europeus a uma conserveira em Peniche, no valor de 3,6 milhões de euros, e a uma empresa de transformação e comercialização sobretudo de pescado congelado, na Figueira da Foz, no valor de 2,4 milhões de euros.

Os projetos de desenvolvimento sustentável da aquicultura eram responsáveis por 18,6% do fundo europeu aprovado, sendo de destacar um projeto empresarial para ampliação das instalações de produção de pregado em aquicultura, na Praia da Tocha, envolvendo 2,2 milhões de euros de fundo aprovado, e um projeto da Universidade de Aveiro referente à instalação, em Ílhavo, de uma estação piloto para teste de novos sistemas de aquicultura sustentável com um fundo aprovado de 1,0 milhões de euros.

Destacavam-se também os investimentos em portos de pesca, locais de desembarque, lotas e abrigos com 9,0% do FEAMP aprovado, onde se evidencia o investimento no prolongamento do quebra mar interior do porto de Peniche com um fundo aprovado de 1,4 milhões de euros.

De referir ainda o fundo europeu aprovado para o desenvolvimento local costeiro, no valor de 3,5 milhões de euros (7,2%). Deste montante, um milhão de euros destinou-se à qualificação das parcerias de desenvolvimento local costeiro que, na Região Centro, se encontram organizadas em cinco grupos de ação local (GAL) costeiros: GAL Região de Aveiro, GAL Mondego Mar, GAL ADAE MAR, GAL Oeste e GAL ecoMar, visando aumentar o emprego e a coesão territorial nas comunidades costeiras e interiores dependentes da pesca e da aquicultura, no âmbito das estratégias de Desenvolvimento Local de Base Comunitária (DLBC). Os restantes 2,5 milhões de euros de FEAMP correspondiam a operações aprovadas para a concretização dessas estratégias, nos municípios de Aveiro, Caldas da Rainha, Figueira da Foz, Ílhavo, Lourinhã, Nazaré, Peniche, Torres Vedras e Vagos.

Distribuição das aprovações no âmbito do Programa Operacional MAR 2020, na Região Centro, por medida (31 de março de 2019)



No primeiro trimestre de 2019, 91,1% da dotação do **Programa Operacional Regional – CENTRO 2020** tinha já sido colocada a concurso nos 285 avisos de concurso abertos, tendo sido apresentadas 15.634 candidaturas, com intenções de investimento na região de 5,6 mil milhões de euros. Relembre-se que a dotação global do CENTRO 2020 corresponde a 2,155 mil milhões de euros de fundos europeus.

Até 31 de março de 2019 tinham sido aprovadas 5.164 operações no CENTRO 2020, que previam um investimento total na região de 2,3 mil milhões de euros e uma comparticipação financeira de 1,3 mil milhões de euros de fundos europeus. Em termos médios, cada projeto aprovado no Programa Operacional Regional envolvia um investimento total de 451 mil euros e um apoio europeu de 252 mil euros.

Quadro 14 - Monitorização do CENTRO 2020: concursos, candidaturas apresentadas e aprovações (valores acumulados)		março 2019	dezembro 2018	setembro 2018	junho 2018	março 2018
Concursos						
Total	número	285	262	260	250	246
Fundo comunitário*	milhões €	1.963,6	1.778,0	1.822,1	1.801,3	1.762,7
	% da dotação de fundo	91,1	82,5	84,5	83,6	81,8
Em aberto	número	28	21	28	21	116
Fundo comunitário	milhões €	202,7	138,4	381,1	367,3	804,5
Encerrados	número	257	241	232	229	130
Fundo comunitário	milhões €	1.760,9	1.639,6	1.441,0	1.434,0	958,1
Candidaturas apresentadas						
Total	número	15.634	14.984	14.380	14.121	12.420
Investimento total previsto	milhões €	5.649,2	4.936,2	4.592,1	4.530,2	4.123,7
Operações aprovadas						
Total	número	5.164	4.675	4.422	4.142	3.865
Investimento total	milhões €	2.327,0	2.274,6	2.234,0	2.152,7	2.036,2
Investimento elegível	milhões €	1.963,2	1.915,7	1.879,6	1.807,5	1.707,3
Fundo comunitário	milhões €	1.303,2	1.271,1	1.241,1	1.190,0	1.115,7

* Como resultado do processo de estabilização no Sistema de Monitorização do Portugal 2020, no 4.º trimestre de 2018, foram efetuadas correções aos valores das dotações dos fundos lançados a concurso.

O domínio da competitividade e internacionalização absorvia 63,8% dos fundos europeus aprovados no CENTRO 2020, traduzindo-se em 3.454 operações aprovadas (66,9% do total), 1,6 mil milhões de euros de intenções de investimento e 831,7 milhões de euros de incentivos.

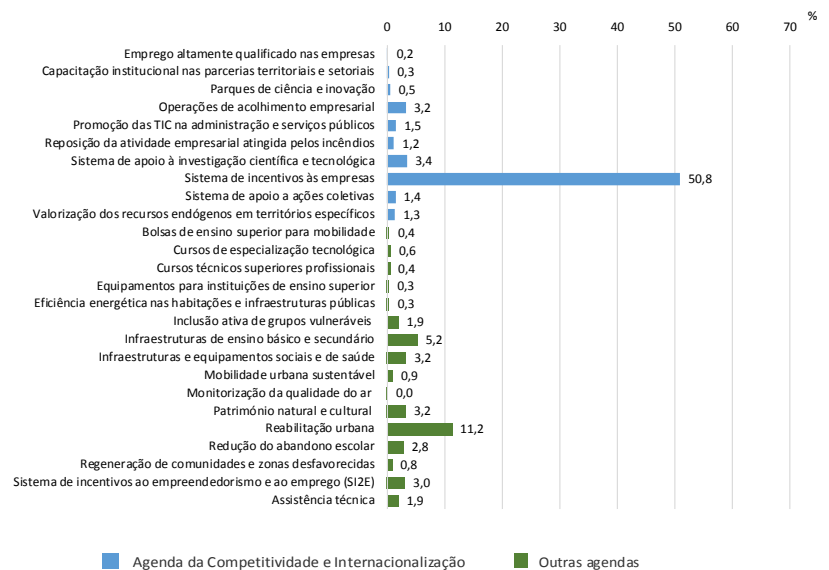
A quase totalidade destas aprovações respeitava ao sistema de incentivos às empresas, com 3.082 operações aprovadas e 662,6 milhões de euros de incentivo atribuído, correspondendo a 50,8% do fundo europeu total aprovado.

O sistema de apoio à investigação científica e tecnológica absorvia 3,4% dos fundos aprovados, traduzindo-se em incentivos para reforçar e consolidar áreas científicas em domínios estratégicos, para capacitar as infraestruturas de investigação inseridas no Roteiro Nacional de Infraestruturas de Investigação de Interesse Estratégico, para apoiar o patenteamento e o licenciamento de propriedade industrial e para a internacionalização da investigação e desenvolvimento, designadamente através da participação noutros programas financiados pela União Europeia.

Ainda neste domínio da competitividade destacavam-se os projetos relativos às áreas de acolhimento empresarial, com 3,2% do fundo europeu total aprovado, tratando-se de projetos ligados à criação e expansão de áreas qualificadas para a atração de empresas e de investimentos.

De referir ainda neste domínio, pelo seu carater circunstancial, os apoios específicos para os territórios da Região Centro afetados pelos incêndios do dia 17 de junho de 2017 (designadamente Castanheira de Pera, Figueiró dos Vinhos, Góis, Pampilhosa da Serra, Pedrógão Grande, Penela e Sertã) para restabelecimento da capacidade produtiva das empresas afetadas (1,2% do fundo europeu aprovado, traduzidos em 15,4 milhões de euros).

Distribuição do fundo europeu atribuído às operações aprovadas no âmbito do Programa Operacional CENTRO 2020, por tipologia de operação (31 de março de 2019)



Fora da agenda da competitividade e internacionalização (totalizando 471,5 milhões de euros de fundos aprovados), destacavam-se os apoios à reabilitação urbana (11,2%), a infraestruturas escolares de ensino básico e secundário (5,2%), ao património natural e cultural (3,2%), a infraestruturas e equipamentos sociais e de saúde (3,2%), à redução do abandono escolar (2,8%) e à inclusão ativa de grupos vulneráveis (1,9%), traduzindo-se, estes últimos, em apoios à realização de trabalho socialmente necessário por parte de desempregados ou beneficiários do rendimento social de inserção.

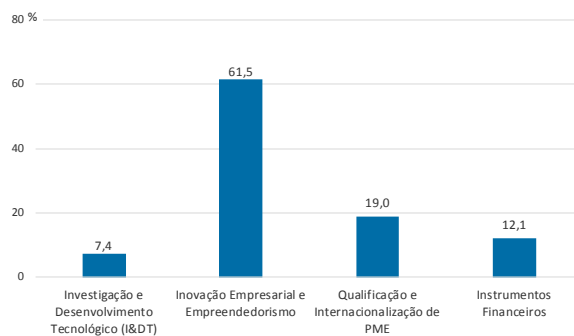
Dos 146,0 milhões de euros de fundos aprovados para operações de reabilitação urbana, 16,0 milhões de euros estavam afetos ao Instrumento Financeiro para a Reabilitação e Revitalização Urbanas (IFRRU 2020) e 12,2 milhões de euros constituíam apoios para recuperação das infraestruturas básicas municipais afetadas pelos incêndios do dia 17 de junho de 2017.

De referir ainda o sistema de incentivos ao empreendedorismo e ao emprego (SI2E), que pretende estimular o surgimento de iniciativas empresariais e a criação de emprego, especialmente em territórios de baixa densidade (atribuindo majorações específicas a investimentos neles realizados), no qual, até 31 de março de 2019, estavam aprovados 39,5 milhões euros de fundos europeus (3,0%) correspondendo a 1.059 operações aprovadas neste instrumento e a 86,6 milhões de euros de intenções de investimento. Note-se que, para operacionalizar este tipo de apoios, foi contratualizada, na Região Centro, com as CIM e os GAL, uma dotação de fundos europeus de 81,3 milhões de euros.

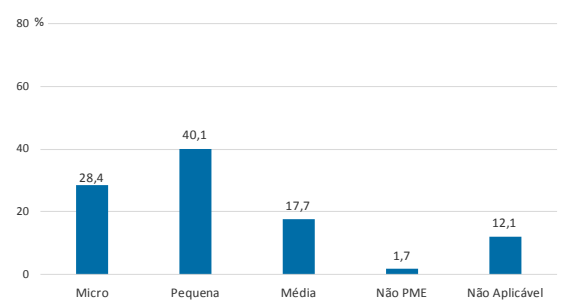
Detalhando o sistema de incentivos às empresas, dada a sua preponderância em termos de dotação e de compromisso, verifica-se que, do valor de fundo europeu absorvido por este instrumento de apoio, 61,5% correspondia a aprovações no âmbito da inovação empresarial e empreendedorismo (407,6 milhões de euros), enquanto apenas 7,4% respeitava a projetos de investigação e desenvolvimento tecnológico. Oitenta milhões de euros (12,1% do fundo aprovado no âmbito dos sistemas de incentivos às empresas) estavam afetos a instrumentos financeiros, correspondendo ao valor contratualizado, até esta data, entre o CENTRO 2020 e a Instituição Financeira de Desenvolvimento, S.A. Esta instituição foi criada para a gestão de instrumentos financeiros dirigidos ao apoio à economia e ao estímulo e orientação do investimento empresarial e à criação de emprego, assumindo-se essencialmente como operador grossista.

Distribuição do fundo europeu atribuído às operações aprovadas no âmbito do Sistema de Incentivos às empresas do CENTRO 2020 (31 de março de 2019)

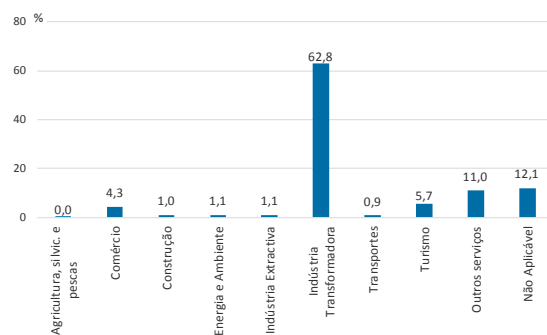
Por tipologia de investimento



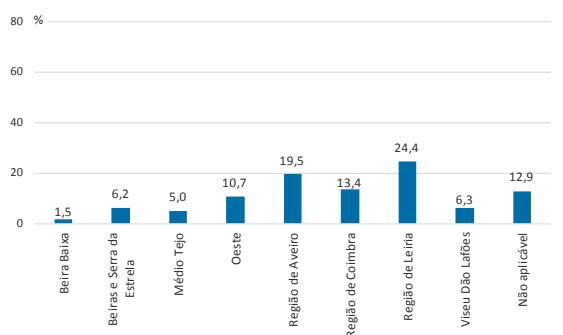
Por dimensão da empresa



Por setor de atividade



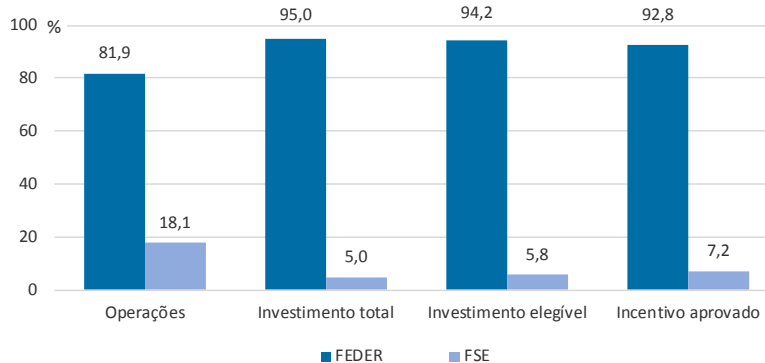
Por Comunidade Intermunicipal (CIM)



Grande parte dos fundos aprovados no sistema de incentivos às empresas foram dirigidos a pequenas (40,1%) e micro empresas (28,4%) e à indústria transformadora (62,8%). Relativamente à sua distribuição territorial, a Região de Leiria e a Região de Aveiro foram as que absorveram maior volume de apoios. Os valores mais baixos foram registados nas CIM do interior, o que se justifica pela densidade empresarial nestes territórios ser mais baixa. No entanto, é de referir que os territórios de baixa densidade tiveram também avisos próprios neste âmbito ou majoração das taxas de cofinanciamento.

A grande maioria das aprovações do CENTRO 2020 teve cofinanciamento FEDER (92,8% dos incentivos aprovados), com o FSE ainda distante dos montantes programados. Note-se que a estrutura dos fundos a serem geridos durante o atual período de programação no CENTRO 2020 corresponde a 79,4% de FEDER e 20,6% de FSE (correspondendo a uma dotação financeira de 1.711,5 milhões de euros de FEDER e 443,5 milhões de euros de FSE²¹). A 31 de março de 2019, estavam aprovadas 4.230 operações envolvendo uma comparticipação de FEDER de 1,2 mil milhões de euros (70,7% da dotação programada). No caso do FSE, estavam aprovadas 934 operações, envolvendo 93,5 milhões de euros de fundo europeu (21,1% da dotação programada).

Fundo europeu atribuído às operações aprovadas no âmbito do CENTRO 2020, por tipologia de fundo (31 de março de 2019)



²¹ A 5 de dezembro de 2018, foi aprovada, pela Comissão Europeia, a reprogramação do PORTUGAL 2020 considerando a adequação à alteração do ciclo económico e o alinhamento com o Plano Nacional de Reformas. Este exercício de reprogramação não alterou a dotação global dos programas operacionais, mas permitiu otimizar os recursos disponíveis e reafectá-los entre prioridades. No que respeita ao CENTRO 2020, esta transferência de verbas teve implicações na dotação financeira dos vários eixos e dos respetivos fundos financiadores.

²² O Programa Territórios Educativos de Intervenção Prioritária (TEIP) é uma iniciativa governamental, implementada em agrupamentos de escolas/escolas não agrupadas que se localizam em territórios económica e socialmente desfavorecidos, marcados pela pobreza e exclusão social, onde a violência, a indisciplina, o abandono e o insucesso escolar mais se manifestam. São objetivos centrais do programa a prevenção e redução do abandono escolar precoce e do absentismo, a redução da indisciplina e a promoção do sucesso educativo de todos os alunos. dos vários eixos e dos respetivos fundos financiadores.

As operações apoiadas pelo FSE correspondiam aos já referidos incentivos à realização de trabalho socialmente necessário (25,1 milhões de euros de fundo aprovado) e também (i) a medidas que visam a redução do abandono escolar (36,3 milhões de euros), designadamente os Planos Inovadores de Combate ao Insucesso Escolar de âmbito intermunicipal e o aprofundamento do Programa Territórios Educativos de Intervenção Prioritária²², (ii) a cursos de especialização tecnológica (7,4 milhões de euros), (iii) a cursos técnicos superiores profissionais (5,5 milhões de euros), (iv) a bolsas de ensino superior para a mobilidade (5,1 milhões de euros), (v) aos incentivos atribuídos no âmbito do SISE (4,1 milhões de euros), (vi) a ações de capacitação institucional nas parcerias territoriais e setoriais (3,9 milhões de euros), (vii) a formação de empresários e trabalhadores integrada em projetos empresariais mais abrangentes submetidos ao sistema de incentivos à inovação e à qualificação e internacionalização das PME (3,8 milhões de euros) e (viii) aos incentivos à contratação de emprego altamente qualificado nas empresas (2,3 milhões de euros).

No final do primeiro trimestre de 2019, o programa tinha 60,5% da sua dotação comprometida e estavam validados 467,4 milhões de euros de fundos europeus, o que correspondia a uma taxa de execução de 21,7%. Neste trimestre, o diferencial entre taxa de compromisso e taxa de execução diminuiu 0,5 p.p., situando-se nos 38,8 p.p. (tendência que é expectável que se mantenha à medida que nos vamos aproximando do final da vigência deste período de programação financeira). A taxa de realização do CENTRO 2020 aumentou para os 35,9%.

O fundo transferido para os beneficiários a título de pagamentos foi de 501,2 milhões de euros, sendo este valor superior à despesa validada dados os adiantamentos, resultando numa taxa de reembolso (relação entre o fundo pago e o fundo validado) superior a 100% (107,2%) e numa taxa de pagamento (relação entre o fundo pago e o fundo aprovado) de 38,5%. Note-se a diminuição da taxa de reembolso face ao trimestre anterior, que reflete a conversão de alguns dos adiantamentos (que permitem aos beneficiários disporem de liquidez para a realização de despesa) em despesa efetiva e validada.

Quadro 15 - Monitorização do CENTRO 2020: execução e indicadores financeiros (valores acumulados)		março 2019	dezembro 2018	setembro 2018	junho 2018	março 2018
Execução financeira						
Despesa validada						
Investimento (custo) elegível	milhares €	673.772	612.265	536.267	481.041	424.084
Fundos comunitários	milhares €	467.375	424.332	371.816	334.838	296.747
Pagamentos aos beneficiários	milhares €	501.224	460.466	407.890	364.690	318.066
Indicadores financeiros						
Taxa de compromisso (fundo aprovado / fundo programado)	%	60,5	59,0	57,6	55,2	51,8
Taxa de execução (fundo validado / fundo programado)	%	21,7	19,7	17,3	15,5	13,8
Taxa de realização (fundo validado / fundo aprovado)	%	35,9	33,4	30,0	28,1	26,6
Taxa de pagamento (pagamentos aos beneficiários / fundo aprovado)	%	38,5	36,2	32,9	30,6	28,5
Taxa de reembolso (pagamentos aos beneficiários / fundo validado)	%	107,2	108,5	109,7	108,9	107,2

Enquadramento Nacional

Instituto Nacional de Estatística

- Contas Nacionais Trimestrais (Base 2011)
- Inquérito ao Emprego
- Índice de Preços no Consumidor (Base 2012)
- Inquérito de Conjuntura aos Consumidores
- Inquéritos Qualitativos de Conjuntura

Banco de Portugal

- Taxa de câmbio bilateral do Euro - câmbio mensal EUR/USD (média do período)

Mercado de Trabalho

Instituto Nacional de Estatística

- Inquérito ao Emprego (Base 1998 e Base 2011)
- Índice de Preços no Consumidor (Base 2012)
- Índice de Custo do Trabalho (Base 2012)

Desemprego Registrado

Instituto do Emprego e Formação Profissional

- Desemprego registado por concelho – Estatísticas Mensais

Instituto Nacional de Estatística

- Estimativas Anuais da População Residente

Empresas

Banco de Portugal

- Empréstimos concedidos a sociedades não financeiras
- Rácios de crédito vencido das sociedades não financeiras

Instituto Nacional de Estatística

- Índice de Preços no Consumidor (Base 2012)

Iberinform, Crédito y Caución

- Empresas constituídas
- Ações de insolvência

Comércio Internacional de Bens

Instituto Nacional de Estatística

- Contas Nacionais Trimestrais (Base 2011)
- Entradas e saídas de mercadorias por secção da nomenclatura combinada, tipo de comércio, países e NUTS II

Secções selecionadas:

- I – Animais vivos e produtos do reino animal
- II – Produtos do reino vegetal
- IV – Produtos das indústrias alimentares; bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres; tabaco e seus sucedâneos manufaturados
- VI – Produtos das indústrias químicas ou das indústrias conexas
- VII – Plástico e suas obras; borracha e suas obras
- IX – Madeira, carvão vegetal e obras de madeira; cortiça e suas obras; obras de espartaria ou de cestaria
- X – Pastas de madeira ou de outras matérias fibrosas celulósicas; papel ou cartão para reciclar (desperdícios e aparas); papel e suas obras
- XI – Matérias têxteis e suas obras
- XIII – Obras de pedra, gesso, cimento, amianto, mica ou de matérias semelhantes; produtos cerâmicos; vidro e suas obras
- XV – Metais comuns e suas obras
- XVI – Máquinas e aparelhos, material elétrico, e suas partes; aparelhos de gravação ou de reprodução de som, aparelhos de gravação ou de reprodução de imagens e de som em televisão, e suas partes e acessórios
- XVII – Material de transporte

Turismo

Instituto Nacional de Estatística

- Inquérito à Permanência de Hóspedes na Hotelaria e outros Alojamentos
- Índice de Preços no Consumidor (Base 2012)

Construção e Habitação

Instituto Nacional de Estatística

- Inquérito aos Projetos de Obras de Edificação e de Demolição de Edifícios
- Estatísticas das Obras Concluídas
- Inquérito à Avaliação Bancária na Habitação
- Índice de Preços no Consumidor (Base 2012)

Banco de Portugal

- Empréstimos concedidos a famílias para habitação
- Rácios de crédito vencido das famílias – habitação

Preços e Consumo Privado

Instituto Nacional de Estatística

- Índice de Preços no Consumidor (Base 2012)
- Entradas intracomunitárias de mercadorias por Classificação por Grandes Categorias Económicas (CGCE) e tipo de comércio
- Contas Nacionais Trimestrais (Base 2011)

Instituto do Cinema e do Audiovisual

- Receitas de cinema

SIBS

- Transações realizadas em Caixas Automáticas por município
- Transações realizadas em Terminais de Pagamento Automático por município

Banco de Portugal

- Empréstimos concedidos a famílias para consumo e outros fins
- Rácios de crédito vencido das famílias – consumo e outros fins

Políticas Públicas no Centro

Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I.P.

- Boletins Informativos dos Fundos da União Europeia n.º 12, n.º 13, n.º 14, n.º 15 e n.º 16
- Informação de monitorização territorial do PORTUGAL 2020

Autoridades de Gestão dos Programas Operacionais do PORTUGAL 2020 (ficheiros de aprovações extraídos dos respetivos sites)



ccdrc comissão de coordenação
e desenvolvimento regional
do centro

Cofinanciado por:

CENTRO 2020

PORTUGAL 2020

